

RELATÓRIO E CONTAS
2012
Grupo Transtejo

Relatório de Gestão
2012
Grupo Transtejo

RELATÓRIO DE GESTÃO DO GRUPO TRANSTEJO 2012

MENSAGEM DO PRESIDENTE 3

I - GOVERNO DA SOCIEDADE 5

1. Missão, Objetivos e Políticas 5

Orientações Estratégicas 5

Objetivos definidos nos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) para 2012: 7

Outros objetivos operacionais: 8

2. Regulamentos internos e externos a que o Grupo está sujeito 9

Despacho normativo n.º 1/2012, de 27 de janeiro 10

Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro. 11

Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 de novembro. 11

3. Transações relevantes com entidades relacionadas 12

4. Informação sobre outras transações 12

5. Modelo de Governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais 14

Presidente 16

Vogal 17

6. Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais 18

Mesa da Assembleia Geral 19

Órgão de Fiscalização 19

Auditor Externo 19

Conselho de Administração 20

7. Análise da Sustentabilidade nos domínios Económico, Social e Ambiental 21

8. Avaliação fundamentada sobre o grau de cumprimentos dos Princípios do Bom Governo (PBG's) 22

9. Apresentação do Código de Ética 22

10. Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco 22

11. Mecanismos de prevenção de conflitos de interesse 23

12. Explicitação da divulgação de informação prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março 24

II – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS 25

1. Objetivos de gestão e grau de cumprimento 25

2. Gestão do risco financeiro 25

3. Limites de endividamento 26

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) 26

5. Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("*arrears*") 27

6. Deveres Especiais de Informação 27

7. Cumprimento das recomendações do acionista 27
8. Remunerações 27
Dos Órgãos Sociais 27
Do Auditor Externo 28
Dos restantes trabalhadores 28
9. Estatuto do Gestor Público 29
10. Contratação Pública 29
11. Sistema Nacional de Compras Públicas 29
12. Princípio da Igualdade do Género 30
13. Plano de Redução de Custos/Gastos Operacionais 30
14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado 32
15. Cumprimento de outras divulgações (artigo 13.º-A do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto) 32
i) Indicação do número de reuniões do Conselho de Administração 32
16. Síntese de verificação do cumprimento das orientações legais 34
III – RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS 35
IV – ATIVIDADE 38
1. Procura 38
2. Oferta 40
3. Frota 40
4. Transporte de veículos 41
5. Atividades Acessórias 42
V – SEGURANÇA E AMBIENTE 43
1. Segurança e Ambiente 43
2. Sinistralidade 43
VI – RECURSOS HUMANOS 44
VII – INVESTIMENTO 46
VIII – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 47
1. Gestão do Financiamento 47
2. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro 48
3. Modelo de Financiamento 49
4. Demonstrações da Posição Financeira 50
5. Demonstrações do Rendimento Integral 51
IX – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DO GRUPO TRANSTEJO 55
X – NOTAS FINAIS 55
XI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 57
XII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO 58

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A GESTÃO SUSTENTÁVEL EM PERÍODO DE CRISE

Em períodos de recessão económica, como a que hoje vivemos, onde uma grave crise económica e financeira nos coloca no limiar duma crise social, os gestores são permanentemente colocados perante o enorme desafio de salvaguardar os princípios de uma gestão sustentável, onde a necessária sustentabilidade financeira não deverá fazer regredir a perspetiva social e ambiental, na defesa do futuro da sociedade.

A conjuntura macroeconómica desfavorável vivida em 2012 refletiu-se no desempenho do Grupo, quer ao nível da atividade, quer ao nível económico-financeiro.

Apesar das dificuldades, procurámos não atraiçoar os princípios da estratégia de sustentabilidade seguida pelo Grupo:

- Prestar um serviço público de qualidade: garantindo a segurança e proteção dos passageiros;
- Proteger o rio e o ambiente: promovendo um consumo eficiente dos recursos;
- Ancorar a comunidade ribeirinha e reavivar a memória do Tejo: desenvolvendo parcerias com organizações locais;
- Motivar e formar os trabalhadores: disponibilizando formação e promovendo a gestão do desempenho;
- Criar valor para o acionista e restantes *stakeholders*: reduzindo o esforço financeiro para o acionista.

Na atividade comercial registou-se uma quebra considerável da ordem de 12,3%, fundamentalmente devido à recessão económica e consequente aumento do desemprego, apesar das relevantes melhorias que o Grupo tem vindo a introduzir no serviço prestado, na frota e nas infraestruturas. São disso exemplo a entrada ao serviço, em 2010 e 2011, de dois novos "ferries" e a abertura ao público do Terminal do Terreiro do Paço após as obras de remodelação que permitiram reforçar a intermodalidade com os restantes meios de transporte.

No plano económico, o Grupo empenhou-se na adequação das medidas de contenção de gastos, aplicadas transversalmente a toda a estrutura de gastos, designadamente no aumento da eficiência energética da frota, na contenção dos Fornecimentos e Serviços Externos, nomeadamente gastos de manutenção e recursos naturais e ao nível de política salarial.

A adoção destas medidas foi, porém, severamente contrariada pelo pesado agravamento da ordem dos 39%, face a 2011, dos gastos financeiros, ditado pelas gravosas condições de mercado e de acesso ao crédito bancário.

Passou-se mais um ano sem que, por inexistência de orientações superiores, tenha sido possível, avançar com a integração da Soflusa na Transtejo, medida que se encontra prevista na Resolução de Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 15 de dezembro.

Não obstante, o Grupo manteve os esforços de integração funcional dos serviços por forma a otimizar a estrutura organizacional.

Em 21 de setembro de 2012, o Estado Português, celebrou com cada uma das empresas do Grupo – Transtejo e Soflusa – Contratos de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, nos quais foram definidas as condições de prestação por parte das empresas, do serviço público de transporte de passageiros entre as duas margens do rio Tejo, na Área Metropolitana de Lisboa, bem como estabelecidos os termos em que o cumprimento desta obrigação deverá ser financeiramente compensada pelo Estado, nomeadamente correspondendo ao volume de passageiros efetivamente transportados, tal como previsto no Contrato o que significa ser o Grupo Transtejo o primeiro operador de transporte público em que assim acontece.

Fruto deste contrato, as indemnizações compensatórias sofreram uma considerável redução, cerca de menos 3,5 milhões de euros (MEUR) anuais, redução essa que não foi possível absorver completamente com as medidas de contenção de gastos atrás referidas.

Assim, o resultado líquido negativo de 2012, sofreu um agravamento de 1,8 MEUR, tendo-se situado em € 22,6 MEUR (em 2011, € 20,8 MEUR), facto que agrava a deterioração de situação dos Capitais Próprios da Empresa face ao que dispõe o artigo 35.º, do Código das Sociedades Comerciais.

Com o sentimento do dever cumprido, podemos Todos nos orgulhar pelo trabalho desenvolvido, onde contra "ventos e marés" temos conseguido manter o Grupo Transtejo no rumo da Sustentabilidade, criando as condições de resistência necessárias ao atravessamento do "mar encapelado" onde ainda teremos de navegar para chegarmos "a bom porto".

O Presidente do Conselho de Administração

I - GOVERNO DA SOCIEDADE

1. Missão, Objetivos e Políticas

Missão

O Grupo Transtejo tem como missão a prestação do serviço de transporte público fluvial de passageiros e veículos com padrões elevados de qualidade e segurança, segundo critérios de sustentabilidade económico-financeira, social e ambiental.

Visão

Promover a mobilidade sustentável, seguindo uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa e ser reconhecida pelo seu bom desempenho em termos de conforto, economia de tempo e qualidade do serviço proporcionado aos seus clientes.

Valores

Os valores de natureza ética que regem a atuação do Grupo e dos seus colaboradores são, entre outros, os seguintes:

- Respeito pelos direitos das pessoas, pelos princípios da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do cumprimento da legislação;
- Proteção do ambiente e promoção da segurança de pessoas e bens;
- Integridade e ética na relação com clientes e fornecedores;
- Melhoria constante do serviço;
- Eficiência nos custos e investimentos para reduzir/conter o esforço financeiro do Estado.

Objetivos e Políticas do Grupo

Orientações Estratégicas

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado (SEE) e do Estatuto do Gestor Público, o Conselho de Administração da Transtejo apresentou para o período 2009-2010, as orientações estratégicas para o transporte fluvial de passageiros e veículos, aprovadas pelo Estado em Assembleia Geral em 3 de Junho de 2009.

Nos anos 2010 a 2012, em período de prolongamento de mandato, o Conselho de Administração procurou dar continuidade às orientações definidas para o mandato anterior, mantendo como linha estratégica dominante a contenção do esforço financeiro do Estado, designadamente dando cumprimento às orientações do Acionista no que respeita à redução de gastos operacionais preconizados para o SEE no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013.

O Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o período 2011-2015 (implementado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 13 de outubro) reforçou a linha de atuação do PEC e estabeleceu os princípios orientadores da atuação do Ministério da Economia e Emprego no setor das infraestruturas e transportes.

Considerando **(i)** a importância dos transportes públicos para o desenvolvimento económico e para a melhoria das condições de vida das populações bem como para a coesão social e territorial; **(ii)** o défice operacional recorrente das empresas do SEE e o reduzido retorno dos investimentos realizados e **(iii)** o consequente aumento do endividamento que condiciona a sustentabilidade financeira das empresas do SEE, o Governo estabeleceu no PET um programa de reformas estruturais a concretizar neste sector, no horizonte 2011-2015.

Neste sentido, foram determinados três vetores de atuação prioritária:

- ***"Cumprir os compromissos externos assumidos por Portugal e tornar o sector financeiramente equilibrado e comportável para o País";***
- ***"Assegurar a mobilidade e acessibilidade a pessoas a bens, de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social";***
- ***"Alavancar a competitividade e o desenvolvimento da economia nacional".***

Com foco nos objetivos estratégicos definidos, foram identificadas reformas urgentes visando a "**interrupção do trajeto de aumento do endividamento**" e o "**equilíbrio da atividade operacional**", a concretizar até dezembro de 2012.

Algumas medidas decorrentes das reformas enunciadas, preconizavam impacto direto na atividade do Grupo Transtejo:

Estancamento do endividamento

A concretização deste objetivo impunha:

(i) Atuação ao nível da atividade operacional, o que motivou a adoção de medidas internas de contenção de gastos operacionais e revisão de oferta, conduzindo à otimização de recursos e à convergência com o objetivo de atingimento de EBITDA tendencialmente nulo;

(ii) Condicionamento da despesa de investimento ao estritamente necessário e adiamento de novos projetos, tendo suspendido o projeto de renovação da frota de Cacilheiros programado para o exercício.

No atual cenário de redução / estagnação da procura (impeditivo de acréscimos relevantes ao nível dos rendimentos) aquele objetivo passaria sobretudo por reduções significativas ao nível da estrutura de gastos, situação inviabilizada em parte pelo agravamento do custo associado ao consumo de combustível.

As dificuldades de tesouraria corrente e a necessidade de solver os compromissos assumidos, implicaram inevitavelmente o recurso a financiamento bancário, não tendo sido possível concretizar em 2012 o objetivo de contenção do aumento do endividamento do Grupo.

Programa de equilíbrio operacional

A concretização deste objetivo impunha:

(i) A reestruturação do SEE (condição para atingir um EBITDA equilibrado no final de 2012), medida que contemplava a fusão da Transtejo com a Soflusa: no exercício 2012 esta medida não teve qualquer desenvolvimento, não obstante o esforço interno desenvolvido no sentido de convergência e harmonização de procedimentos;

(ii) Racionalização de gastos de funcionamento: o Grupo adotou internamente medidas destinadas a manter dentro dos limites fixados as rubricas de gastos sugeridas, designadamente relacionadas com frota automóvel, consumo de combustível, comunicações e deslocações e estadas. Deu ainda continuidade ao processo de revisão de contratos de prestação de serviços;

(iii) Redução de gastos com Pessoal: foram aplicadas as medidas de redução remuneratória legalmente definidas, que viabilizaram o cumprimento deste objetivo;

(iv) Revisão das condições de oferta global e articulação com os diversos modos de transporte: este objetivo motivou a representação do Grupo Transtejo no grupo de trabalho constituído através do Despacho do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (SEOPTC) n.º 13370/2011, para estudar a "Adequação da oferta da rede de transportes coletivos e simplificação do sistema tarifário da Área Metropolitana de Lisboa" (AML).

O novo modelo de oferta entrou em vigor em fevereiro de 2012, procurando dar cumprimento aos seguintes objetivos:

- *Menor utilização de navios de maior consumo na ligação Cacilhas-Cais do Sodré;*
- *Aumento dos tempos de viagem nos períodos de vazio e fins de semana com redução de consumo na ligação Barreiro-Terreiro do Paço;*
- *Rebatimentos / transbordos assegurados com a CP e Metro de Lisboa;*
- *Adequação à procura existente.*

Objetivos definidos nos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) para 2012:

Na preparação do Plano de Atividades para 2012 o Conselho de Administração procurou dar cumprimento às disposições específicas emitidas pelo acionista, tendo em observância o quadro de pressupostos macroeconómicos, indicadores de referência e medidas a aplicar, no âmbito das orientações governamentais.

Procurando identificar medidas de otimização que conduzissem a um EBITDA tendencialmente nulo, o Plano de Atividades para 2012 contemplava a aplicação de um plano de reestruturação organizacional e da oferta:

- **O plano de reestruturação organizacional** considerava a fusão entre a Transtejo e a Soflusa bem como o redimensionamento da estrutura face ao modelo empresarial a implementar;

- **O plano de reestruturação da oferta** incluía um conjunto de medidas de reorganização do serviço público (incluindo supressões e ajustamentos na oferta, conforme previsto no relatório apresentado ao Governo pelo grupo de trabalho constituído para a adequação da oferta na rede de transportes coletivos da AML.)

A concretização dos objetivos definidos pressupunha, porém, um conjunto de condições prévias, facilitadoras dos processos de reestruturação organizacional e da oferta:

a) *Concretização da fusão entre a Soflusa e a Transtejo até ao final do 1º Semestre de 2012;*
b) *Implementação da gestão conjunta das tripulações;*
c) *Alteração dos Acordos de Empresa, designadamente facilitando a gestão dos recursos humanos, permitindo horários repartidos e/ou prestação de trabalho parcial;*
d) *Obtenção atempada de meios financeiros que permitam implementar as medidas de reestruturação decorrentes da fusão e dos ajustamentos da oferta, nomeadamente no que respeita a eventuais saídas de Pessoal.*

Não tendo chegado ainda a concretizar-se, o Conselho de Administração do Grupo Transtejo aguarda orientações do Acionista para o cumprimento deste projeto, que considera da maior relevância e oportunidade.

Outros objetivos operacionais:

O Conselho de Administração (C.A.) do Grupo Transtejo manteve ao longo do exercício de 2012 o desenvolvimento de ações enquadradas com a prossecução de outros objetivos operacionais:

- Reforço do nível de qualidade e segurança do transporte fluvial;
- Reforço da articulação intermodal;
- Promoção da sustentabilidade ambiental;
- Otimização da exploração de atividades acessórias;
- Desenvolvimento de ações internas no âmbito da melhoria dos processos:
  - Comunicação interna;
  - Sistemas de Informação;
  - Sistema de Avaliação de Desempenho;
  - Sistema de Gestão Ambiental;
  - Responsabilidade Social;
  - Gestão dos Aprovisionamentos;
  - Auditoria Interna;
  - Planeamento e Informação de Gestão.

2. Regulamentos internos e externos a que o Grupo está sujeito

Regulamentação interna

Os principais regulamentos internos que atualmente vigoram nas duas sociedades são constituídos pelo seguinte corpo de normas, sem prejuízo da intenção de os atualizar, tornar homogéneos e alargar o seu âmbito:

- Manual de Organização e Estrutura do Grupo Transtejo, aprovado pelo C.A. em 7 de julho de 2011;
- Acordo de Empresa celebrado entre a Transtejo, S.A. e os sindicatos signatários, publicado no B.T.E. n.º 32, 1ª série, de 29 de agosto de 2010;
- Acordo de Empresa celebrado entre a Soflusa e os sindicatos signatários, publicado no B.T.E. nº 32, 1ª série, de 29 de agosto de 2010;
- Código de Ética para o Grupo Transtejo, aprovado pelo C.A. em 19 de dezembro de 2008;
- Manual de Gestão Ambiental do Grupo Transtejo, que reflete os requisitos da Norma Portuguesa "NP EN ISSO 14001:2004", promulgado pelo C.A. em 12 de novembro de 2009;
- Declaração de Política de Ambiente do Grupo Transtejo, constante da Ordem de Serviço n.º 01/2010, aprovada pelo C.A. em 7 de janeiro de 2010;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo Transtejo, aprovado pelo C.A. em 4 de fevereiro de 2010;
- Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre o Estado Português e a Transtejo, S.A., em 21 de setembro de 2012;
- Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre o Estado Português e a Soflusa, S.A., em 21 de setembro de 2012.

Regulamentação externa

Os principais regulamentos externos que atualmente vigoram são constituídos pelo seguinte corpo de normas:

DIPLOMAS	ASSUNTO
Decreto-Lei nº 150/92, de 21 de julho	Aprova os estatutos da Transtejo, S.A.
Diário da República - III Série nº 217, de 15 de setembro de 1993	Estatutos da Soflusa, S.A.
Decreto-Lei nº 265/72, de 31 de julho, alterado pelos Decreto-Lei nº 370/2007, de 6 de novembro; Decreto-Lei nº 23/2007, de 1 de fevereiro; Decreto-Lei nº 64/2005, de 15 de março; Decreto-Lei nº 44/2002, de 2 de março; Decreto-Lei nº 208/2000, de 2 de setembro; Decreto-Lei nº 287/98, de 17 de setembro; Decreto-Lei nº 190/98, de 10 de julho; Decreto-Lei nº 191/98, de 10 de julho; Decreto-Lei nº	Aprova o Regulamento Geral das Capitanias

195/98, de 10 de julho; Decreto-Lei nº 26/95, de 8 de fevereiro; Decreto-Lei nº 237/94, de 19 de setembro; Portaria nº 32/90, de 16 de janeiro; Decreto-Lei nº 55/89, de 22 de fevereiro; Decreto-Lei nº 284/88, de 12 de agosto; Decreto-Lei nº 162/88, de 14 de maio; Decreto-Lei nº 150/88, de 28 de abril; Decreto-Lei nº 278/87, de 7 de julho; Lei nº 35/86, de 4 de setembro; Acórdão nº 178/86, de 23 de junho; Portaria nº 886/81, de 3 de outubro; Portaria nº 44/73, de 23 de janeiro.	
Decreto-Lei nº 349/86, de 17 de outubro	Regula o contrato de transporte de passageiros por mar
Decreto-Lei nº 8/93, de 11 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 268/2003, de 28 de outubro	Estabelece o regime dos títulos combinados de transportes
Despacho normativo n.º 1/2012, de 27 de janeiro	Fixa os tarifários dos transportes públicos coletivos de passageiros
Decreto-Lei nº 280/2001, de 23 de outubro, alterado pelos Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 96/2013, de 19 de fevereiro; Decreto-Lei nº 226/2007, de 31 de maio e Decreto-Lei nº 206/2005, de 28 de novembro.	Estabelece as normas reguladoras da atividade profissional dos marítimos
Decreto-lei nº 21/2002, de 31 de janeiro, alterado pelos Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de maio; Decreto-Lei nº 289/2007, de 17 de agosto; alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 269/2003, de 28 de outubro; e pelo Decreto-Lei nº 178/2002, de 31 de julho.	Regula a Atividade Marítimo – Turística
Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelos Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho; *Lei* nº 64-B/2011, de 30 de dezembro; Decreto-Lei nº 131/2010, de 14 de dezembro; Lei nº 3/2010, de 27 de abril; Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de outubro; Decreto-Lei nº 223/2009, de 11 de setembro; Lei nº 59/2008, de 11 de setembro; e pela Declaração de Retificação nº 18-A/2008, de 28 de março.	Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo
Decreto-Lei nº 558/99 de 17 de dezembro, alterado pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro; Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de agosto.	Estabelece o regime jurídico do setor empresarial do Estado e das empresas públicas
Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, *e pela* Lei nº 64-A/2008 de 31 de dezembro.	Aprova o novo Estatuto do Gestor Público
Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de março	Aprova os princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado
Decreto-Lei nº 186/2008 de 19 de setembro	Cria o novo passe escolar designado "Passe 4_18@escola.tp"
Portaria nº 138/2009 de 03 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 268-A/2012, de 31 de agosto; Portaria nº 34-A/2012, de 1 de fevereiro e pela Portaria nº 982-A/2009, de 2 de setembro.	Define as condições de atribuição do «passe escolar 4_18@escola.tp» e os procedimentos relativos à operacionalização do sistema que lhe está associado
Decreto-Lei nº 203/2009, de 31 de agosto, alterado pela Portaria n.º 34-A/2012, de 1 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011 de 1 de março.	Cria o passe sub23@superior.tp, aplicável a todos os estudantes do ensino superior até aos 23 anos
Portaria nº 272/2011, de 23 de setembro, alterada pela Portaria nº 36/2012, de 8 de fevereiro.	Define as condições de atribuição do Passe Social + e os procedimentos relativos à operacionalização do sistema que lhe está associado
Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, alterada pelos *Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho;* Decreto-Lei nº 60/2012, de 14 de março; Decreto-Lei nº 245/2009, de 22 de setembro e pela Declaração de Retificação nº 11-A/2006, de 23 de fevereiro.	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas
Lei nº 37/2007, de 14 de agosto.	Aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo

Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008, de 22 de abril.	Aprova as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do setor empresarial do Estado
Lei nº 28/2006, de 4 de julho, alterada pelos Decreto-Lei nº 114/2011, de 30 de novembro e Decreto-Lei nº 14/2009, de 14 de janeiro.	Aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros
Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro, alterado por Declaração de 29 de novembro de 1986; pelos Decreto-Lei n.º *66-B/2012, de 31 de dezembro; Decreto-Lei nº 53/2011, de 13 de abril; Decreto-Lei nº 33/2011, de 7 de março; Decreto-Lei nº 49/2010, de 19 de maio;* Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de agosto; Lei nº 19/2009, de 12 de maio; Decreto-Lei nº 64/2009, de 20 de março; Decreto-Lei.º 247-B/2008, de 30 de dezembro; Decreto-Lei nº 357-A/2007, de 31 de outubro; Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de janeiro; Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de março; Decreto-Lei nº 52/2006, de 15 de março; Decreto-Lei nº 111/2005, de 8 de julho; Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro; Decreto-Lei nº 19/2005, de 18 de janeiro; Decreto-Lei nº 88/2004, de 20 de abril; Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de novembro; Decreto-Lei nº 107/2003, de 4 de junho; Decreto-Lei nº 162/2002, de 11 de julho; Decreto-Lei nº 237/2001, de 30 de agosto; Decreto-Lei nº 36/2000, de 14 de março; Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de novembro; Decreto-Lei nº 343/98, de 6 de novembro; Decreto-Lei nº 257/96, de 31 de dezembro; Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de dezembro; Decreto-Lei nº 261/95, de 3 de outubro; Decreto-Lei nº 225/92, de 21 de outubro; Decreto-Lei nº 142-A/91, de 10 de abril; Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho; Decreto-Lei nº 418/89, de 30 de novembro; Decreto-Lei nº 229-B/88, de 4 de julho; Decreto-Lei nº 280/87, de 8 de julho; Decreto-Lei nº 184/87, de 21 de abril.	Aprova o Código das Sociedades Comerciais
Decreto-Lei nº 148/2003, de 11 de julho, alterado pelos Decreto-Lei nº 69/2007, de 26 de março e Decreto-Lei nº 120/2005, de 26 de julho	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/52/CE, da Comissão, de 26 de julho, que altera a Diretiva n.º 80/723/CEE, da Comissão, de 25 de junho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas
Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de agosto	Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição de subvenções públicas
Regulamento (CE) nº 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007.	Relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros e que revoga os Regulamentos (CEE) nº 1191/69 e (CEE) nº 1107/70 do Conselho
Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro.	Estabelece o regime jurídico das Autoridades Metropolitanas de Transportes de Lisboa e do Porto
Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterado pela Lei nº 48/2011, de 26 de agosto, Lei 60-A/2011, de 30 de novembro e pela Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro	Aprova o Orçamento de Estado para 2011
Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.	Aprova o Orçamento de Estado para 2012
Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro.	Aprova o Orçamento de Estado para 2013
Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2011, de 10 de novembro.	Aprova o Plano Estratégico dos Transportes para o horizonte 2011-2015
Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelas **Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro;** Lei nº 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março.	Aprova o Sistema de Normalização Contabilística

Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2012, de 20 de junho	Aprova, para o ano de 2012, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público
Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2012, de 29 de agosto	Autoriza a despesa e delega a competência para a aprovação das minutas e para a outorga dos contratos de serviço público, a celebrar entre o Estado e as sociedades Transtejo, S.A., e Soflusa, S.A. A presente Resolução revoga parcialmente a alínea a) do n.º 8 e o anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2012, de 20 de junho, nas partes referentes à Transtejo, S.A., e à Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

3. Transações relevantes com entidades relacionadas

TRANSAÇÕES INTRA-GRUPO ocorridas no exercício 2012 Consideradas na Consolidação	
Afretamento de navios da Soflusa à Transtejo	988.200,00
Rendas debitadas pela Transtejo à Soflusa referentes à ocupação das Intalações Administrativas no Terminal do Cais do Sodré	47.922,48
Juros de empréstimos de financiamento debitados pela Transtejo à Soflusa	1.409.752,36

4. Informação sobre outras transações

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em matéria de aquisição de bens e serviços, o Grupo Transtejo encontra-se sujeito ao regime da contratação pública constante do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), tendo aderido voluntariamente em 2010 ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), conforme previsto no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013.

Dando cumprimento ao Despacho n.º 438/10 – SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132 da DGTF, de 6 de agosto de 2010, foi incorporado no Regulamento de Compras do Grupo TT, de 11 de agosto de 2011, um conjunto de procedimentos internos de contratação visando o cumprimento dessas determinações.

Nesse âmbito, o Grupo Transtejo adotou durante o ano 2012 os tipos de procedimento pré-contratual de concurso público, ajuste direto e ajuste direto em regime simplificado, tendo assegurado a segregação da função de compras e aprovisionamento no Grupo face às restantes unidades orgânicas, bem como a centralização, arquivo e sistematização de todas as aquisições de bens ou serviços acima de 50 euros.

Sobre as duas empresas do Grupo desenvolvem-se periodicamente auditorias regulares nestas matérias, nomeadamente pelo IGOPTC – Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado

O universo de aquisições do Grupo Transtejo inclui contratos cuja formação não decorreu em condições de mercado abertas à concorrência, por motivos técnicos ou relacionados com a proteção de direitos exclusivos. Com efeito, nas áreas dos sistemas de informação e em determinados equipamentos relacionados com a manutenção de navios subsistem situações de vinculação do Grupo a entidades detentoras de direitos exclusivos ou aos representantes exclusivos para Portugal dos fabricantes de determinados equipamentos.

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (FSE)

Em 2012 a rubrica fornecimentos e serviços externos do Grupo Transtejo ascendeu a 9.998.634 €, pelo que são reportadas no quadro seguinte, as transações com fornecedores superiores a 499.932 € (5% daquele montante).

Petrogal, S.A.	*Aquisição de combustível*	10.564.765,86	*(*) (**)*
SCMA, Lda.	*Gestão da manutenção da frota de navios*	1.998.571,70	*(*)*
Cecílio & Carlos Sanfins, Lda.	*Serviços de manutenção da frota de navios (estaleiros)*	964.284,93	*(*)*
Induma - Máquinas industriais, Lda.	*Aquisição de equipamentos para a frota de navios*	1.823.892,47	*(*) (***)*
Império - Bonança	*Prémios da carteira de seguros*	1.718.411,89	
Securitas, S.A.	*Serviço de vigilância e segurança*	931.367,51	(*)

(*) Valores com IVA incluído

(**) Inclui Gasóleo consumido na exploração (transporte de passageiros) contabilizado em CMVMC

(***) Inclui despesas capitalizadas no montante de 447 mil €

5. Modelo de Governo e identificação dos membros dos Órgãos Sociais

ÓRGÃOS SOCIAIS

Eleitos em Assembleia-Geral de 17/07/2008 para o mandato 2008-2010

	MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL
Presidente	Dr. António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes
Vice-Presidente	Dr. Félix Nascimento Esteves
Secretário	Dra. Tânia Rodrigues Nascimento
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente	Engº MMM João António da Silva Pintassilgo
Vogal	Dra. Maria Elisa Silva Saloio *(*)*
Vogal	Dr. Isidro Durão Heitor
	ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
	CONSELHO FISCAL
Presidente	Dra. Maria Teresa Figueiredo Alves Carvalho
Vogal	Dra. Alexandra Maria Brito Carvalho
Vogal	Dr. Carlos Lipari Garcia Pinto
Vogal-suplente	Dr. Carlos Alberto Dores Costa
	REVISOR OFICIAL DE CONTAS
Efectivo	Barbas, Martins, Mendonça e Associados, SROC *Inscrição na OROC nº. 100 e registo na CMVM nº. 8968* *Representada por:* Dr. Issuf Ahmad (ROC nº 779)
Suplente	Dr. José Luís Mesquita Barbas

(*) Apresentou renúncia em 01 de fevereiro de 2011

ÁREAS DE RESPONSABILIDADE
dos membros do Conselho de Administração

Presidente	João Pintassilgo	Segurança e Ambiente, Financeira, Manutenção, Exploração, Recursos Materiais, Apoio ao CA, Comunicação e Imagem
Vogal	Isidro Durão Heitor	Pessoal, Comercial, Informática e Comunicações, Contencioso

ADMINISTRADORES - Funções exercidas noutras empresas

PRESIDENTE - João António da Silva Pintassilgo

Presidente do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial

VOGAL - Isidro Durão Heitor

Vogal do Conselho de Administração da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da OTLIS, ACE

Presidente do Conselho Fiscal da AATF - Associação dos Armadores do Tráfego Fluvial

ESTRUTURA DE GESTÃO

Direcção Financeira	Dr. Pedro Rolo
Direcção de Pessoal	Dr. Raúl Matias
Direcção Comercial	Dra. Teresa Gato
Direcção de Exploração	Cmte. António Ferreira
Direcção de Segurança e Ambiente	Engº Meira da Cunha
Direcção de Manutenção	Engº Cintra Viegas
Gabinete de Informática e Comunicações	Engº Américo Silva
Gabinete Jurídico e de Apoio ao CA	Dra. Tânia Nascimento
Gabinete de Recursos Materiais	Dr. Miguel Alves

AUDITOR EXTERNO

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Inscrição na OROC nº 43

Registo na CMVM nº 231

Sede: Edifício Atrium Saldanha, nº 1 - 6º 1050-094 LISBOA

CV's dos membros do Conselho de Administração

Presidente

Nome: ***João António da Silva Pintassilgo***
Natural de Lisboa
Nascido em 13 de Junho de 1948

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

- *Bacharelato em Engenharia de Máquinas Marítimas, pela Escola Náutica Infante Dom Henrique*
- *2º Ano do Curso de Energia e Sistemas de Potência do ISEL.*
- *2º Ano do Curso de Eletrotecnia e Máquinas do I.I.L.*
- *Curso Industrial Eletricidade e Secção Preparatória ao Instituto Industrial*

HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS

- *Engenheiro Maquinista Marinha Mercante*
- *Oficial de Máquinas da Marinha Mercante*

SERVIÇO MILITAR

- *Serviço Normal na Armada, na Escola de Fuzileiros, com Curso Formação Oficiais Reserva Marítima em 1968*
- *Licenciado em 1975 como Sub-Tenente da Reserva Marítima.*

ATIVIDADE PROFISSIONAL

- *Presidente do Conselho de Administração Transtejo e Soflusa - Desde Julho 2008*
- *Vogal do Conselho de Administração da Transtejo e Soflusa - De Julho 2005 a Julho 2008*
- *Diretor de Central Termoeléctrica na EDP-CPPE - 1999/2005*
- *Responsável Gabinete de Comunicação e Documentação da CPPE - 1997/1999*
- *Chefe Departamento Condução Central do Barreiro - 1993/1997*
- *Assessor Chefe Departamento Exploração Central Barreiro - 1990/1993*
- *Responsável Área de Ensaios Central do Barreiro - 1988/1990*
- *Encarregado / Chefe de Turno Central Térmica EDP - 1975/1988*
- *Oficial da Marinha Mercante (Engenheiro Maquinista) - 1969/1975*

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- *XIX PDE da AESE – 2000*
- *Curso de "Teorias e Métodos de Gestão", na EDP*
- *Curso de " Liderança e Eficácia de Trabalho em Grupo", na EDP*
- *Curso de "Organização de Empresas", na EDP*
- *Curso de "Segurança para Quadros no Sector Elétrico", na EDP*
- *Curso de "Auditorias de Qualidade", no ISQ*
- *Frequência do Curso de Psicologia Organizacional do ISPA.*

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- *Deputado Grande área Metropolitana de Lisboa - 2006/2009*
- *Deputado Assembleia Municipal do Barreiro - desde 1998*
- *Vereador da Câmara Municipal do Barreiro com o Pelouro do Ambiente e Recursos Naturais. - 1990/1993*
- *Cria Serviço Municipal de Proteção Civil do Barreiro*
- *Dirige em colaboração com o SNPC a elaboração do Plano Emergência Externo Complexo Industrial \ Barreiro e dirige o seu Exercício-Teste "Gaivota 93".*
- *Membro Comissão Admin. Plano Formação Profissional - 1986/1988.*

Vogal

Nome: ***Isidro Durão Heitor***
Data de nascimento: 10 de Junho de 1955
Naturalidade: Ortiga – Mação

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

- *Licenciatura em Direito (Julho/1980) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*
- *Pós Graduação: "Mudança Organizacional" – Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia – 2003*

HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS

- *Advogado (com inscrição suspensa na OA, a pedido)*
- *CAP – Certificado de Aptidão Profissional – IEFP*

SERVIÇO MILITAR

- *Estado-Maior do Exército – Repartição de Pessoal (Alferes Miliciano)*

FORMAÇÃO PROFISSIONAL / COMPLEMENTAR

- *PT Talent Advanced – Management Development Program – Curso composto pelos módulos "Refletir para Evoluir", "Conhecer para Comunicar", "Comunicar para Gerir" e "Projetar para o Futuro" – 2006*
- *Frequência de várias dezenas de ações de formação relacionadas com Gestão Empresarial, Gestão Financeira, Gestão de Recursos Humanos, Direito do Trabalho e das Comunicações, Informática.*
- *Global Management Chalenger (participante em equipas da PT – Comunicações)*
- *Participante e orador em vários Encontros, Seminários e Colóquios (Nacionais e Internacionais)*

ATIVIDADE PROFISSIONAL

- *TT – Transtejo – Transportes Tejo, S.A. - Membro do Conselho de Administração (desde 2008)*
- *SL – Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. - Membro do Conselho de Administração (desde 2008)*
- *OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE - Membro do Conselho de Administração (desde 2011)*
- *PT - Portugal Telecom, SA (1994/2008)*
  Diretor do Departamento de Administração de Pessoal
  Diretor / Coordenador do Projeto "Outplacement / Outsourcing"
  Diretor de Recursos Humanos da Zona 2 (Sul)
  Diretor do Departamento da Política Social
  Diretor do Departamento dos Serviços de Transição
  Manager do Centro de Desenvolvimento de Competências
  Membro das seguintes Comissões/Equipas:
  Responsável pelo Estudo, Conceção e Implementação da PT ACS (Associação dos Cuidados de Saúde da Portugal Telecom)
  Formação Estratégica da PT Comunicações
  Comissão Paritária emergente do AE PT Comunicações
- *TDP – Teledifusora de Portugal, SA - Diretor de Pessoal (1991/1994)*
- *CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP (1983/1991)*
  Chefe do Serviço de Pessoal da Região Sul
  Diretor da Divisão de Estudos e Contratação Coletiva
  Responsável pelos Serviços de Pessoal da Direção de Operações Sul (fusão da Regiões Centro e Sul)
  Coordenador de Equipas de Projeto
  Legal Representante da CP nos Tribunais de Trabalho
- *Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul - Consultor de Relações Laborais e de Gestão de Recursos Humanos (1983)*
- *Ministério da Justiça -Representante do Ministério Público no Circulo Judicial de Tomar (1981)*
- *Faculdade de Direito - Monitor de Direito do Trabalho (1980/1981)*

ATIVIDADES EXTRA-PROFISSIONAIS

- *Autarca (Deputado Municipal)*
- *Dirigente Cooperativo, de Instituições de Solidariedade Social e de Associações Culturais e Desportivas*
- *Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Armadores de Tráfego Local*
- *Membro e Dirigente de organizações relacionadas com comunicações / telecomunicações.*

6. Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais

Estatuto remuneratório fixado

(Comissão de Fixação de Remunerações em 15/07/2009)

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	Senha de presença	557,96
Vice-Presidente	Senha de presença	340,16
Secretário	Senha de presença	279,54

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores *(Executivos)*	Remuneração Fixa *(14 vezes por ano)*	Remuneração Variável *(Anual)*	Outras regalias *(Benefícios remuneratórios)*
Presidente	5.452,58 euros 14 vezes por ano	Até 35% da componente fixa, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos	Viatura de serviço até ao limite de 1.000 euros de renda mensal Combustível até ao limite de 30.000 km/ano Telemóvel até ao limite de 100 euros/mês
Vogais	4.689,47 euros 14 vezes por ano	Até 35% da componente fixa, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos	Viatura de serviço até ao limite de 900 euros de renda mensal Combustível até ao limite de 30.000 km/ano Telemóvel até ao limite de 100 euros/mês

CONSELHO FISCAL

Presidente	20% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, 14 vezes por ano
Vogais	15% da remuneração mensal ilíquida atribuída ao Presidente do Conselho de Administração, 14 vezes por ano

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Honorários fixados de acordo com os critérios previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas	
Valor acordado: 26.700 euros	Conforme contrato celebrado em 03.07.2009

Remunerações auferidas em 2011 e 2012

No exercício de 2012, foi dado cumprimento às disposições legais em vigor (algumas desde 2011), com impacto nas remunerações dos membros dos Órgãos Sociais.

O conjunto de disposições legais aplicado sobre esta matéria encontra-se detalhado no ponto 8 do Capítulo II – "Cumprimento de Orientações Legais".

Mesa da Assembleia Geral

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral	2011 Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	(a) 0	(a) 0	(a) 0
Redução remuneratória*	0	0	0
Remuneração anual efetiva	0	0	0

** Decorrente da Lei 55-A/2010*

(a)

Não tendo ocorrido em 2011 a Assembleia-Geral de aprovação de contas do exercício 2010, não foi auferida qualquer remuneração pelos membros deste Órgão Social

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral	2012 Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa	(a) 0	(a) 0	(a) 0
Redução remuneratória*	0	0	0
Remuneração anual efetiva	0	0	0

** Decorrente da Lei 64-B/2011*

(a)

Não tendo ocorrido em 2012 a Assembleia-Geral de aprovação de contas do exercício 2011, não foi auferida qualquer remuneração pelos membros deste Órgão Social

Órgão de Fiscalização

Conselho Fiscal	2011 Presidente	Vogal[a]	Vogal [b]	2012 Presidente	Vogal[a]	Vogal [b]
Remuneração anual fixa	15.267	11.450	11.450	12.432	9.324	9.324
Redução remuneratória*	2.158	1.449	1.574	1.299	1.144	1.019
Remuneração anual efetiva	13.110	10.002	9.877	11.132	8.180	8.305

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável. Em 2012, na sequência da aplicação da Lei 64-B a Remuneração anual fixa foi reduzida para 12 meses

(a) - Dra. Alexandra Carvalho / (b) - Dr. Carlos Lipari Pinto

Unid: €

ROC	2011	2012
Honorários da Prestação de Serviços	24.030	24.030

* Valores ajustados em 2013 por força da aplicação da Lei n.º 55-A/2010 e Lei n.º 64-B/2011, em complemento da redução já efetuada em 2011.

Auditor Externo

Unid: €

Auditor Externo	2011 *(a)*	2012 *(b)*
Honorários da Prestação de Serviços	17.700	17.700

(a)

Honorários correspondentes a serviços prestados relativamente às contas de 2011. O montante contabilizado em 2011 (9.800 €) corresponde a honorários da prestação de serviços de auditoria referentes às contas do exercício de 2010.

(b)

Honorários correspondentes a serviços prestados relativamente às contas de 2012. O montante contabilizado em 2012 (20.650) inclui honorários da prestação de serviços de auditoria referentes às contas do exercício de 2011, no montante de 17.700 €

Conselho de Administração

	2012		2011		
	Presidente	vogal	Presidente	vogal	vogal
REMUNERAÇÕES	Engº João Pintassilgo	Dr. Isidro Heitor	Engº João Pintassilgo	Dr. Isidro Heitor	Dra Elisa Salolo (*)
Mandato	I	I	I	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	65.165	50.067	76.595	58.041	4.478
OPRLO	Sim	Não	Sim	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)	EDP	--	EDP	--	--
Entidade pagadora (origem/Destino)	TRANSTEJO	TRANSTEJO	TRANSTEJO	TRANSTEJO	TRANSTEJO
1.1.Remuneração Anual	81.722	65.653	81.722	65.653	4.846
1.2.Despesas de Representação (Anual)	0	0	0	0	0
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0	0
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	4.078	3.284	4.086	3.283	242
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	6.655	5.346	7.764	6.237	446
1.6.Suspensão do pagamento dos subsidios de férias e natal	11.092	8.910	0	0	0
1.7.Reduções de anos anteriores	0	0	0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	59.897	48.113	69.880	56.133	4.158
2. Remuneração variável	0	0	0	0	0
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0	0
4.Outras (identificar)	5.268	1.954	6.715	1.908	320
Subsídio de deslocação	0	0	0	0	0
Subsídio de refeição	1.936	1.954	1.789	1.908	320
Planos de Pensões	3.332	0	4.926	0	0
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social: Seg. Social (encargo entidade patronal)	6.640	5.387	7.397	6.237	611
Seguros de saúde	238	238	217	217	37
Seguros de vida	0	0	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais	0	0	0	0	0
Outros (indicar)	0	0	0	0	0
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade (identificar)	--	--	--	--	--
Remuneração Anual	0	0	0	0	0

	2012		2011		
	Presidente	vogal	Presidente	vogal	vogal
Parque Automóvel	Engº João Pintassilgo	Dr. Isidro Heitor	Engº João Pintassilgo	Dr. Isidro Heitor	Dra Elisa Salolo (*)
Mandato	I	I	I	I	I
Modalidade de Utilização	Renting	Renting	Renting	Renting	Renting
Valor de referência da viatura nova	41.507	38.218	41.507	38.218	38.218
Ano Inicio	2009	2009	2009	2009	2009
Ano Termo	2013	2013	2013	2013	2013
N.º prestações (se aplicável)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor Residual	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	11.895	9.763	11.994	9.907	1.599
Combustível gasto com a viatura	1.962	2.082	2.098	1.868	291
Plafond anual Combustível atribuído	3.758	3.758	Para 28.500 Km	Para 28.500 Km	Para 28.500 Km
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	2.590	1.669	1.078	1.582	120
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	n.a.	n.a.	n.a.

	2012		2011		
	Presidente	vogal	Presidente	vogal	vogal
Outras regalias e compensações	Engº João Pintassilgo	Dr. Isidro Heitor	Engº João Pintassilgo	Dr. Isidro Heitor	Dra. Elisa Saloio (*)
Mandato	I	I	I	I	I
Plafond mensal atribuido em comunicações móveis	100	100	100	100	-
Gastos anuais com comunicações móveis	236	565	267	508	-
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	n.a.	n.a.	n.a.

	2012		2011		
	Presidente	vogal	Presidente	vogal	vogal
Gastos c/ deslocações	Engº João Pintassilgo	Dr. Isidro Heitor	Engº João Pintassilgo	Dr. Isidro Heitor	Dra. Elisa Saloio (*)
Mandato	I	I	I	I	I
Custo total anual c/viagens	0	0	0	0	0
Custos anuais com Alojamento	0	0	0	0	0
Ajudas de custo	0	0	0	0	0
Outras	1.747	1.120	1.997	1.454	171

7. Análise da Sustentabilidade nos domínios Económico, Social e Ambiental

Esta análise será efetuada em ponto específico do Relatório de Sustentabilidade, a disponibilizar no *site* da empresa (www.transtejo.pt), no qual serão abordados os seguintes temas:

- *Estratégias adotadas;*
- *Grau de cumprimento das metas fixadas;*
- *Políticas seguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e de salvaguarda das normas de qualidade;*
- *Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro do Grupo;*
- *Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:*
  - *(i) Responsabilidade Social*
    - *Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e de não discriminação;*
    - *Gestão adequada do capital humano do Grupo, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores;*
    - *Adoção de práticas ambientalmente corretas.*
  - *(ii) Desenvolvimento Sustentável*
    - *Criação de valor para o acionista;*
    - *Promoção da proteção ambiental;*
    - *Contribuição para a inclusão social.*
  - *(iii) Serviço público e satisfação das necessidades da coletividade.*
- *Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via da investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.*
- *Planos de ação para o futuro*

8. Avaliação fundamentada sobre o grau de cumprimentos dos Princípios do Bom Governo (PBG's)

Não tendo ocorrido em 2012 qualquer ação inspetiva da Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (IGOPT), transcrevem-se os termos da conclusão do relatório referente à última auditoria técnica efetuada por aquela entidade:

"Considera-se que a Transtejo – Transportes Tejo, S.A., cumpriu, no essencial, os preceitos relacionados com os Princípios do Bom Governo, as obrigações de informação decorrentes do Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e as normas dos Estatuto do Gestor Público."

(*in* Relatório do IGOPTC n.º 701/10 – Auditoria Técnica – Verificação do cumprimento do quadro legal do SEE).

9. Apresentação do Código de Ética

O Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2008, após período de debate interno e tem por objetivos:

- Expandir e consolidar as relações de confiança do Grupo com as partes interessadas (*stakeholders*);
- Explicitar os valores com os quais nos identificamos e que permitam mais adequadamente cumprir a missão do Grupo e reforçar a sua cultura específica;
- Clarificar junto de todos os dirigentes, chefias e demais responsáveis e colaboradores as regras de conduta que os mesmos devem observar nas suas relações recíprocas e nas que, em nome do Grupo, estabelecem com as partes interessadas.

O Código de Ética encontra-se disponível para consulta nos *sites* da Direção Geral do Tesouro e Finanças (www.dgtf.pt) e da Transtejo (www.transtejo.pt) e é aplicável a todas as pessoas que trabalham no Grupo Transtejo e ainda àquelas que colaboram com uma e/outra das referidas sociedades, ao abrigo de contrato de prestação de serviços, de estágio ou de mandato, sendo para efeitos deste código todas designadas "colaboradores".

10. Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco

O Conselho de Administração considera que o Grupo dispõe de um controlo apropriado à sua dimensão e complexidade, dispondo de normativos internos adequados à proteção dos seus investimentos e dos seus ativos. O levantamento de todos os riscos relevantes assumidos pelo Grupo encontra-se reportado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aprovado em 28.01.2010, revisto em 2011 e em atualização em 2012, face à Recomendação n.º 5/2012, de 7 de Novembro, do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Com o objetivo de aprofundar o controlo das práticas internas, foi criada em 2010 a atividade de Auditoria Interna, tendo em 2012 sido levado a cabo formação com objetivo de Certificação de Auditores Internos e desenvolvidas diversas ações de auditoria interna a áreas de atividade mais sensíveis e expostas ao risco. Adicionalmente, procedeu-se à preparação de uma reorganização da unidade de Auditoria Interna.

Nos capítulos próprios deste Relatório de Gestão sobre o Cumprimento de Orientações Legais e sobre o Desempenho Económico e Financeiro do Grupo no exercício de 2012, procede-se à avaliação do cumprimento dos procedimentos no âmbito da Gestão do Risco Financeiro à luz do Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, bem como à análise dos procedimentos adotados neste âmbito, assim como às divulgações suscitadas em cumprimento do Despacho acima referido.

O Conselho de Administração assegura também a existência e manutenção de um sistema de controlo interno e de um sistema de gestão de risco eficazes na mitigação do risco de fraude e da ocorrência de erros materialmente relevantes nas demonstrações financeiras, bem como no cumprimento dos objetivos estabelecidos em matéria de preparação e divulgação de informação financeira. A Direção Financeira é o órgão responsável pela preparação dos documentos de informação financeira, competindo-lhe analisar e avaliar a informação prestada ou a prestar aos respetivos destinatários e subsequente divulgação, após aprovação do Conselho de Administração.

11. Mecanismos de prevenção de conflitos de interesse

Estão definidas internamente e mantiveram-se em prática ao longo do exercício de 2012 as seguintes medidas, com vista à prevenção de conflitos de interesse:

- A decisão de aprovação de despesas realizadas por qualquer um dos membros dos Órgãos Sociais é sempre da responsabilidade de um membro dos Órgãos Sociais distinto daquele que efetua a despesa;
- Os membros dos Órgãos Sociais cumpriram os deveres de informação a que, por Lei, se encontram obrigados, tendo em vista salvaguardar a existência de conflitos de interesse. Esta divulgação é de responsabilidade dos próprios, de acordo com a legislação específica para os altos cargos públicos, tendo para o efeito sido apresentadas ao Procurador-Geral da República, por cada um dos membros do Conselho de Administração uma "Declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos".

12. Explicitação da divulgação de informação prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de março

Anexo 2

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha sintese da empresa	X			(*)
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, politicas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Orgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			(*)
Outras transacções	X			(*)
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

(*) A informação divulgada corresponde às útlimos contas aprovadas em Assembleia-Geral de 28.10.2010 (Contas de 2009)

Será devidamente atualizada após aprovação dos contos referentes aos exercícios de 2010 e 2011.

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			www.transtejo.pt
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos orgãos sociais	X			*Informação constante dos Relatórios de Gestão disponíveis no site em PDF (*)*
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado	X			
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			(*)
Provedor do cliente			X	

(*) A informação divulgada corresponde às útlimos contas aprovadas em Assembleia-Geral de 28.10.2010 (Contas de 2009)

Será devidamente atualizada após aprovação dos contos referentes aos exercícios de 2010 e 2011.

Legenda:
S - Sim / N - Não / N.A. - Não Aplicável

II – CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão e grau de cumprimento

Esta matéria foi abordada no ponto I-1 deste documento.

2. Gestão do risco financeiro

O quadro seguinte apresenta a avaliação do cumprimento dos procedimentos no âmbito da Gestão do Risco Financeiro:

GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO - Despacho nº 101/09 - SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			
Diversificação das entidades credoras	X			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação de passivo remunerado: transf. passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis		X		
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação	X			
Minimização da prestação de garantias reais	X			
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)	X			
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			*Recurso a PIDDAC*
Opção pelos investimentos que com comprovada rendibilidade social / empresarial beneficiam de FC e de CP			X	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média de financiamento nos últimos 5 anos	X			
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			
Análise de eficência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			
Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos SWAP em carteira	X			

Legenda:

FC - Fundos Comunitários / CP - Capital Próprio / S - Sim / N - Não / N.A. - Não Aplicável

No capítulo próprio deste Relatório de Gestão sobre o Desempenho Económico e Financeiro do Grupo no exercício de 2012, procede-se à análise dos procedimentos adotados na Gestão do Risco Financeiro, assim como às divulgações suscitadas em cumprimento do Despacho acima indicado.

3. Limites de endividamento

Un: €

Endividamento Bancário	2011	2012
CP	88.628.826	102.239.573
MLP	55.000.000	55.000.000
	143.628.826	**157.239.573**
		9,48%

Em conformidade com os limites preconizados no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC), o Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril, estabelece em 5% o limite máximo de crescimento do endividamento em 2012 relativamente ao final de 2011. Não obstante os esforços de contenção de gastos operacionais com impacto na redução do défice de exploração, a forte redução registada no valor das compensações financeiras atribuídas pelo Estado pela prestação do serviço público e o aumento significativo dos encargos financeiros com a dívida bancária, levou a que o Grupo Transtejo não tenha sido capaz de cumprir com o limite definido.

Em 31 de dezembro de 2012, as disponibilidades do Grupo ascendiam a 8.619.898,14 €, contemplando o montante de indemnizações compensatórias (7.740.650,00 €) recebidas nos últimos dias de dezembro, nos termos do n.º 8 da Cláusula n.º 4 dos Contratos de Prestação de Serviços Público de Transporte de Passageiros celebrados em 21.09.2012, entre o Estado Português e as sociedades Transtejo e Soflusa.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril:

PMP	2011				2012			
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
PMP a Fornecedores (dias)	44,20	47,27	55,56	61,04	72,32	80,55	82,14	81,78

No exercício de 2012 o Grupo Transtejo reviu a metodologia de apuramento deste indicador, tendo retirado para efeitos de cálculo, os saldos com outros operadores públicos de transportes, por decorrerem de operações de reportição de receita. Para efeitos de comparabilidade, o indicador referente a 2011 agora publicado encontra-se reexpresso, diferindo do que se apresenta no Relatório de Gestão 2011.

5. Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("*arrears*")

Mapa da posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio:

€

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	1.848.366	381	31.853	5.658	983
Aquisições de Capital	0	0	0	0	0
Saldo em dívida	1.848.366	381	31.853	5.658	983
				Saldo em dívida a Fornecedores	**1.887.242**

6. Deveres Especiais de Informação

Durante o exercício 2012 o Grupo Transtejo deu cumprimento aos deveres especiais de informação a que alude o Despacho n.º 14277/2008-MEF, de 23 de maio, reportando à Direção Geral do Tesouro e Finanças de acordo com os modelos estabelecidos no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), designadamente:

- Planos de atividades anuais e plurianuais;
- Orçamentos anuais e estimativas de operações financeiras com o Estado;
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respetiva cobertura financeira;
- Planos de financiamento e necessidade de tesouraria;
- Relatórios de execução trimestrais acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

7. Cumprimento das recomendações do acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo acionista, o Grupo Transtejo reporta atempadamente toda a informação e esclarecimentos solicitados.

Na sequência da deliberação do acionista na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2009, o Grupo deu continuidade aos trabalhos necessários à reformulação do teor do Protocolo – *Interface do Cais do Sodré – Terminal Fluvial*, assinado com o Metro em 01.09.2009, cujos termos finais ainda se encontram por aprovar pelo acionista.

8. Remunerações

Dos Órgãos Sociais

Conforme evidenciado no quadro constante do ponto I-6 "Remunerações dos órgãos sociais", foi dado cumprimento no exercício de 2012 ao conjunto de disposições legais sobre a matéria, designadamente:

- Não atribuição de quaisquer prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- Manutenção da redução de 5% da remuneração dos gestores públicos, conforme previsto no artigo 12.º da Lei n.º 12/2010, de 30 de junho;
- Aplicação da norma de redução remuneratória nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 dezembro, às remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do ROC;
- Suspensão do pagamento de subsídios de férias e de natal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 dezembro.

Do Auditor Externo

O Grupo Transtejo procedeu a uma consulta ao mercado para prestação de serviços de auditoria externa, tendo contratado a Deloitte & Associados, SROC, empresa que apresentou a melhor proposta de honorários, inferior aos que o Grupo havia suportado em anos anteriores.

Dos restantes trabalhadores

- Aplicação da norma de redução remuneratória aos trabalhadores em geral, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 dezembro;
- Suspensão do pagamento de subsídios de férias e de natal, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 dezembro.

Unid: €

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	**14.090.723**	**12.717.677**	**12.327.327**
Gastos com Órgãos Sociais (€)	**246.524**	**157.812**	**143.222**
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	17.492	35.466
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	**709.980**	**785.431**	**636.098**
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	52.474	110.553
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	**13.134.219**	**11.774.434**	**11.548.007**
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	91.685	451.159
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Rescisões / Indemnizações (€)	**44.066**	**10.476**	**146.785**
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	**542**	**518**	**522**
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	**11**	**10**	**10**
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	13	12	13
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	518	496	499

9. Estatuto do Gestor Público

Os atuais membros do Conselho de Administração das duas sociedades que compõem o Grupo Transtejo, embora eleitos para o triénio 2008/2010, permanecem em funções até nova designação, conforme imperativo legal (n.º 4 do artigo 391.º do Código das Sociedades Comerciais).

A definição dos respetivos vencimentos, regalias ou benefícios decorre dos contratos de gestão celebrados em 2 de junho de 2009, aprovados em Assembleia Geral, (Deliberação da Comissão de Fixação de Remunerações de 15/07/2009) convocada para o efeito pelo Estado, acionista único do Grupo Transtejo.

Ainda que se considere que as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro (relativas ao regime de nomeação / demissão e das remunerações dos gestores públicos) se aplicam aos gestores já designados, há que ter em consideração que, conforme disposto no n.º 6 do artigo 28.º do referido diploma, nas sociedades anónimas a fixação de remunerações compete à Assembleia Geral ou à Comissão de Fixação de Remunerações designada por aquela, o que até à data não sucedeu no Grupo Transtejo.

Pelos motivos acima expostos, mantém-se inalterado o estatuto e a composição remuneratória dos membros do Conselho de Administração do Grupo Transtejo ainda em funções.

10. Contratação Pública

Conforme já referido no ponto I - 4, em ambas as empresas do Grupo foi dado cumprimento às orientações constantes do Despacho n.º 438/10 – SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132 da DGTF, de 6 de Agosto de 2010, relativamente à contratação pública.

Não tendo ocorrido em 2012 a celebração de quaisquer contratos com valor superior a 5 MEUR, não foi aplicável no exercício o procedimento determinado no artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

11. Sistema Nacional de Compras Públicas

Nesta matéria, desde 2010 que o Grupo Transtejo implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e realizado aquisições de serviços ao abrigo dos Acordos Quadro geridos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), IP.

12.Princípio da Igualdade do Género

Dada a natureza da atividade desenvolvida pelo Grupo Transtejo, a generalidade do Pessoal tripulante é constituída por homens, sendo mesmo residual a presença de elementos do género feminino.

Esta situação, cujas razões estão a montante do Grupo não tem conhecido qualquer evolução e acaba por conduzir a que a repartição do Pessoal por género no final de 2012 seja a seguinte: 442 homens e 67 mulheres.

Para inverter esta situação tornava-se necessário modificar o regime de acesso às profissões marítimas reguladas por legislação específica e que o Grupo Transtejo tem obrigação de cumprir restringindo o recrutamento a quem detenha a condição de inscrito marítimo.

O Grupo Transtejo tem manifestado reiteradamente a necessidade de modificar o quadro normativo respeitante aos marítimos de forma a regularizar o mercado de emprego favorecendo o acesso a este mercado de novos profissionais, devidamente qualificados. Nesse contexto a repartição por género, sairia certamente reequilibrada a favor do emprego feminino.

No que respeita a cargos de direção e chefia verifica-se um total de 9 titulares do género feminino, em 26, não existindo porém qualquer prática discriminatória.

Nos Órgãos Sociais verificava-se a presença de um elemento do género feminino (1 em 3) até fevereiro de 2011, data em que a Vogal renunciou, não se tendo o Estado procedido até à data à recomposição do C.A.

No Conselho Fiscal existe uma predominância do elemento do género feminino (2 em 3 elementos).

Depois da introdução do sistema eletrónico do registo de presenças, foi generalizado o regime de horários flexíveis, com uma plataforma fixa e outra variável, destinados a garantir melhor conciliação das obrigações pessoais e profissionais.

Desde 2011, o efetivo tem conhecido bastante estabilidade, não se tendo adotado medidas suscetíveis de alterar a relação de género existente, a que não são alheios as medidas de ajustamento económico e financeiro que se encontram em aplicação para todo o setor público.

13.Plano de Redução de Custos/Gastos Operacionais

O Despacho n.º 807/2011-SETF, de 31 de maio, fixou em 85% relativamente a 2009 a despesa máxima anual de Gastos Operacionais (Custo das Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Gastos com Pessoal excluindo indemnizações por rescisão contratual).

A concretização do cenário de otimização previsto, decorrente da fusão por integração da Soflusa na Transtejo, pressuposto considerado na proposta de Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) para o ano de 2012, teria facilitado o atingimento dos limites de despesa máxima fixados.

Não obstante, a continuação da aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, conduziu ao resultado que se demonstra no quadro seguinte:

Un: €

Gastos Operacionais	2009	2012	
Custo das Matérias Consumidas	6.914.444	9.888.568	43,01%
Fornecimentos e Serviços Externos	14.561.736	9.998.634	-31,34%
Gastos com Pessoal *(*)*	14.038.115	12.180.542	-13,23%
(*) sem indemnizações	**35.514.295**	**32.067.744**	**-9,70%**

A inclusão da rubrica Custo das Matérias Consumidas (natureza de gastos que reflete o consumo de combustível) no cálculo do indicador compromete o limite definido. Com efeito, o esforço efetivo de redução do consumo é severamente penalizado pelo fator preço (subida de 83,3%, +0,35€ por litro, no período em análise), variável que o Grupo não controla. Note-se que a mesma análise, não considerando o efeito do custo do gasóleo consumido, conduziria à redução de 21,7% dos Gastos Operacionais, ultrapassando largamente os 15% previstos no Plano de Redução de Custos/Gastos Operacionais (PRC).

No âmbito do PRC, o ofício-circular n.º 82 da DGTF, de 6 de janeiro de 2012, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG's para 2012, definia orientações específicas relativamente às seguintes rubricas:

- Despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento: limite máximo = 50% do valor gasto em 2010;
- Despesas com comunicações: limite máximo = 50% da média do valor gasto em 2009/2010.

Os quadros seguintes demonstram o grau de cumprimento das orientações acima referidas:

Gastos			*Limite*
Deslocações e Estadas	**2012**	**2010**	*50% 2010*
	7.522	14.053	7.027

Gastos				*Limite*
Comunicações	**2012**	**2010**	**2009**	*50% média 2009/2010*
	100.790	131.234	136.440	66.918

Durante o exercício de 2012 foram reforçadas as medidas internas no sentido de promover a contenção desta natureza de gastos. Assim, relativamente a 2010 concretizou-se uma redução de 46,5% nos gastos com deslocações e estadas, enquanto nos gastos com comunicações apenas foi possível reduzir 24,7% relativamente à média de 2009-2010.

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, as empresas Transtejo e Soflusa procederam à abertura de conta no Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) no âmbito do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

Conforme previsto no artigo 89.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 dezembro, as empresas do Grupo procuram manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

Total disponibilidades / 31-12-2012	**8.619.898**	
Depositadas no IGCP	7.983.389	**92,62%**
Outras	636.509	

15. Cumprimento de outras divulgações (artigo 13.º-A do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto)

O cumprimento das divulgações que, de acordo com o artigo 13.º-A do Decreto-Lei nº. 300/2007, de 23 de agosto, devem constar nos relatórios de gestão, encontra-se relatado nos capítulos apropriados deste Relatório, com exceção de:

i) Indicação do número de reuniões do Conselho de Administração

- ✓ No exercício de 2012 realizaram-se 93 reuniões do Conselho de Administração com periodicidade semanal, sendo 47 da Transtejo e 46 da Soflusa, conforme definido nos estatutos;
- ✓ Decisões mais relevantes adotadas pelo Conselho de Administração no exercício 2012:
  - Revogação (em janeiro de 2012) da decisão de contratar a gestão técnica da frota da Soflusa (no âmbito do Concurso Limitado por Prévia Qualificação em fase de apresentação de propostas) na medida em que o objeto do mesmo se encontrava limitado à frota da Soflusa e atendendo à expetativa de a curto prazo reformular os princípios orientadores da gestão integrada da frota do Grupo Transtejo;
  - Autorização para liquidação em 31 de janeiro, do montante da condenação de 1.393.000 € (subordinada à condição de perdão de juros) decorrente da decisão do Tribunal Arbitral, constituído para a resolução do diferendo entre a Transtejo e a Navalria, sobre a divergência de interpretação e execução do contrato para a construção de 2 ferries assinado em novembro de 2008;
  - Aprovação de novos horários por ligação, nos termos propostos pela Direção Comercial, no âmbito do plano de reestruturação da oferta na sequência da decisão do Governo relativa à reestruturação do sistema de transportes na AMTL;

- Aprovação de minuta de acordo a celebrar entre a Empresa e os dirigentes a quem tenha sido atribuída viatura automóvel para uso pessoal, garantindo deste modo a tributação do rendimento em espécie decorrente deste benefício em sede de IRS, no âmbito das orientações emanadas pela DGTF sobre aquisição e atribuição de viaturas automóveis (Circular n.º 426 de 18/01/2012);
- Definição do valor máximo de combustível e portagens afeto anualmente às viaturas para uso pessoal e de serviço pelos titulares de cargos de Direção (e/ou Gabinete), fixando-o em 70% do valor anual atribuído aos vogais do Conselho de Administração e estabelecimento dos mecanismos de controlo interno das medidas definidas;
- Aprovação do Relatório do Sistema de Avaliação de Desempenho referente a 2010, encerrando o primeiro ano de aplicação do Sistema de Avaliação de Desempenho;
- Aprovação da instalação de uma unidade de mini geração (central fotovoltaica), no Terminal Fluvial do Cais do Sodré, no âmbito de protocolo celebrado com a EDP Serviços – Sistemas para a Qualidade e Eficiência Energética, S.A.;
- Realização da Assembleia Geral da Soflusa S.A. na qual foi apreciado e aprovado o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2011 da Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. auditado pela Deloitte e Associados, SROC, S.A.;
- Autorização para a prestação de serviços pela Novabase para desenvolvimento e adaptação de *software* no âmbito da otimização do sistema de bilhética e autorização para abertura de procedimento pré-contratual para aquisição de hardware no âmbito do mesmo projeto;
- Início do processo de substituição do Diretor Financeiro do Grupo, integrando na equipa o Dr. Pedro Miguel R. Soares e Vasquez, previamente requisitado à Agência Nacional de Compras Públicas, EPE.
- Aprovação e ratificação (em 25/10/2012) dos Contratos de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, celebrados entre o Estado Português e a Transtejo e a Soflusa, respetivamente;
- Celebração de Protocolo de Colaboração com Instituto de Emprego e Formação Profissional tendo em vista a dinamização conjunta de cursos de aprendizagem na sua formação prática em contexto de trabalho, nas áreas de Eletricidade e Energia, Eletrónica e Automação e Ciências Informáticas;
- Denúncia do Contrato de Concessão da Exploração dos parques de estacionamento junto aos terminais do Grupo Transtejo.

16.Síntese de verificação do cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Objetivo 1			x		
Objetivo 2			x		
Objetivo 3			x		
Gestão do Risco Financeiro	x			Não aplicável	
Limites de Crescimento do Endividamento		x		Crescimento de 9,5% face a 2011	
Evolução do PMP a fornecedores		x		+ 21 dias relativamente a 2011	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			Dívidas vencidas 2012 (> 90 dias) = 38 876 €	
Deveres Especiais de Informação	x			Não aplicável	
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1			x		Não ocorreu AG de 2011
Recomendação 2			x		Não ocorreu AG de 2011
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	x			Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 16.736 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 7.362 €	
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 20.002 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011			x		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 87.415 €	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			Total da Redução remuneratoria em 2012 = 363.744 €	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito			x	Presidente = 1.630 € / Vogal = 715 €	(ver ponto II-9)
Reembolso de despesas de representação pessoal			x	Presidente = 1.747 € / Vogal = 1.120 €	(ver ponto II-9)
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	x			Não aplicável	
Normas de contratação pública pelas participadas	x			Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	Nº de contratos e valor global	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			x	% vol. de aquisições objeto de consulta no SNCP	
Parque Automóvel	x			Parque automóvel 2012 vs 2011 = -1 veículo	
Princípio da Igualdade do Género				Não validado	
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal *(sem indemnizações)*	x			Var 2012: -15% face a 2010 / -15% face a 2009	
Fornecimentos e Serviços Externos	x			Var 2012: -7% face a 2010 / -31% face a 2009	
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos	x			Var 2012: -4% face a 2010 / -1% face a 2009	
Nº de cargos dirigentes		x		Var 2012: 0% face a 2010 / +18% face a 2009	
Princípio da Unidade de Tesouraria	x			93% disponibilidades depositadas no IGCP (31.DEZ.2012)	

III – RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas do Grupo Transtejo ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS e que abaixo se transcrevem.

Para efeitos de acompanhamento, o Grupo deu conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas. Divulgam-se de igual modo, as ações mais relevantes relativamente a cada recomendação:

Recomendação 1 *- Redefina a sua oferta, sobretudo a que corre em horários com procura reduzida, buscando uma maior racionalidade entre a procura e a oferta para melhorar o desempenho operacional de todas as carreiras.*

Na preparação dos IPG's para 2012 o Grupo teve em consideração o Relatório do Grupo de Trabalho, constituído pelo Despacho n.º 13370/2011-SEOPTC, que teve por base um estudo realizado em 2011, com vista à caracterização da procura nas diferentes linhas, de modo a avaliar as possibilidades de ajuste dos níveis de oferta, racionalizando custos e minimizando os impactos para os Clientes.

Adicionalmente, em 21 de setembro de 2012, foram celebrados com o Estado, Contratos de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, visados pelo Tribunal de Contas, nos quais foram fixados níveis mínimos de oferta a praticar em cada ligação.

Recomendação 2 *- Reveja, restringindo, a sua política de atribuição de transporte gratuito na sua rede de transporte público.*

O cumprimento desta recomendação foi reforçado com regras determinadas para o Orçamento de Estado de 2013, às quais o Grupo procurou dar cumprimento no exercício em curso. (Reporte não aplicável no âmbito deste relatório).

Recomendação 3 *- Reveja os Acordos de Empresa e outras decisões do Conselho de Administração, no sentido de reduzir o pagamento de horas não trabalhadas e de eliminar benefícios, subsídios e prémios que não incrementam nem a produtividade, nem a qualidade do desempenho.*

No âmbito desta recomendação, cumpre destacar:

i) A não ocorrência de negociação de Acordos de Empresa em qualquer das empresas do Grupo: não se tendo reunido condições para reconfigurar o sistema remuneratório em vigor nem reduzir o leque de subsídios;

ii) A implementação do Sistema de Avaliação de Desempenho que poderá vir a suportar um modelo de compensação baseado no mérito e na qualidade do desempenho;

iii) A implementação na Soflusa de uma nova escala de serviço, com o objetivo de otimização do tempo de trabalho, melhorando a afetação do Pessoal de reserva, com efeitos na redução do trabalho extraordinário;

iv) A revisão do planeamento e gozo de férias, com restrição de alterações ao plano base, com efeitos na otimização da gestão dos efetivos e redução do trabalho extraordinário.

Recomendação 4 *– Avalie o custo-benefício da operacionalidade da frota, ponderando a mais-valia de descontinuar embarcações que, simultaneamente, registem acentuadas taxas de inoperacionalidade e elevadas custos manutenção.*

Na sequência desta recomendação, foram identificados navios para possível abate/venda, situação apenas condicionada à estabilização do nível de oferta do serviço público e pela concretização do projeto de renovação da frota de Cacilheiros.

Recomendação 5 *– Proceda à atualização dos números da procura com base nas validações efetuadas no sistema de entrada na rede e sejam esses os números constantes nos seus documentos oficiais e de prestação de contas.*

O sistema de controlo de acessos utilizado pelas empresas do Grupo tem vindo a ser aperfeiçoado, permitido com cada vez maior fiabilidade, determinar indicadores de procura com base no número efetivo de validações.

Encontram-se reunidas condições técnicas para cumprir a recomendação, aguardando-se porém orientações da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa por ser desejável que tal procedimento ocorra em simultâneo nos restantes operadores de transporte de passageiros.

Recomendação 6 *– Garanta que na aquisição de prestação de serviços, os procedimentos adotados respeitem sempre os princípios da livre concorrência, transparência e boa gestão e que assegurem a melhor economia para os dinheiros públicos.*

Enquadradas pelo Código de Ética, as normas internas para aquisição de bens e prestação de serviços que constam do "Regulamento de Compras" em vigor no Grupo Transtejo, consagram os princípios da livre concorrência, transparência e boa gestão, com o objetivo de assegurar a melhor economia dos recursos financeiros. O cumprimento deste normativo interno garante a observância da recomendação do Tribunal de Contas.

Recomendação 7 *– Em futuras situações de necessidade de aplicação de multas contratuais, não substitua esse procedimento pelo encontro de contas, quando tal aportar um custo de oportunidade que prejudique as empresas.*

Em futuras situações de incumprimento por parte de fornecedores de bens ou prestadores de serviços, ponderando as questões específicas de cada situação, o Grupo procurará seguir esta recomendação.

Recomendação 8 *– Empenhe-se na obtenção da justa compensação pelo prejuízo económico que a Transtejo – Transportes Tejo, S.A. está a ter devido ao atraso na entrada em funcionamento dos dois navios ferries, bem como na cobrança efetiva das multas contratuais decorrentes desse atraso.*

A Transtejo empenhou-se na obtenção da justa compensação para os prejuízos face ao atraso da entrada em funcionamento dos dois ferries. Em consequência, foram acionadas e concretizadas as penalidades previstas no contrato.

Posteriormente, o construtor dos ferries desencadeou a instalação de Tribunal Arbitral (TA), tendo em vista a resolução da divergência entre as partes, decorrente da legalidade da aplicação das penalidades contratuais. Por decisão deste TA, a Transtejo foi condenada a pagar ao construtor dos ferries metade do montante resultante da liquidação das penalidades contratuais.

No exercício de 2012 ambos os navios estiveram afetos ao serviço público de transporte de passageiros.

Recomendação 9 *– Acautele os investimentos realizados de modo a que sejam sempre eficazes em retorno económico e/ou social, obstando, desse modo, ao desperdício de dinheiros públicos resultante de despesas improfícua.*

O Grupo tem como princípio acautelar os investimentos, condicionados pela limitada capacidade de autofinanciamento, procurando que sejam eficazes, com retorno económico e social (sendo esta a vertente com maior peso nas decisões, atento o quadro de serviço público em que desenvolve a sua atividade).

Recomendação 10 *– Cesse a acumulação de funções incompatíveis do diretor da Direção de Segurança e Ambiente e as de diretor da Direção de Manutenção da Transtejo – Transportes Tejo S.A.*

Recomendação já observada com efeitos na nomeação em 2011 de novo diretor da Direção de Manutenção do Grupo Transtejo.

Recomendação 11 *– Celebre com cada um dos trabalhadores que beneficiem de viaturas para uso em serviço e pessoal um acordo escrito para que esse rendimento em espécie seja passível de Imposto Sobre o Rendimento conforme dispõe o art.º 2°, n° 3 al. 9 da Lei 109-B/2001 de 27 de dezembro.*

O cumprimento desta recomendação foi observado em deliberação do Conselho de Administração sobre a matéria. Adicionalmente, foi preparado o "Regulamento de utilização de viaturas da Frota Automóvel", que se encontra em vigor.

IV – ATIVIDADE

1. Procura

A tendência de crescimento do número de passageiros transportados das cinco carreiras exploradas pelas duas empresas do Grupo (Barreiro-Terreiro do Paço assegurada pela Soflusa, as restantes pela Transtejo) que se verificou até ao ano de 2010 sofreu, a partir desse ano, uma inversão, ainda pouco relevante a 2011 (menos 3,2%), mas já muito significativa em 2012 (menos 12,3%), correspondendo a cerca de 3,4 milhões de passageiros.

Linhas Fluviais	12/11		2012		2011	
	PT	PKT	PT	PKT	PT	PKT
Montijo - Terreiro do Paço*	-10,17%	-10,17%	1.521.917	21.002.450	1.694.176	23.379.629
Seixal- Cais do Sodré	-5,50%	-5,50%	1.671.614	14.041.557	1.768.898	14.858.743
Cacilhas- Cais do Sodré	-15,37%	-15,37%	10.589.262	23.402.269	12.511.935	27.651.376
Trafaria- Porto Brandão - Belém	-23,37%	-0,70%	592.346	2.487.852	772.967	2.505.495
Barreiro - Terreiro Paço	-9,42%	-9,42%	9.722.559	97.225.590	10.733.799	107.337.990
Total	-12,31%	-10,00%	24.097.698	158.159.718	27.481.775	175.733.233

* Esta ligação encontra-se actualmente deslocada para o Cais do Sodré

O quadro anterior espelha uma perda generalizada da procura, suscitando particular apreensão as quebras verificadas nas linhas mais representativas do Grupo (84,3% da procura), Cacilhas – Cais do Sodré, na qual a quebra verificada foi superior a 15%, menos cerca de 2 milhões de passageiros, e Barreiro-Terreiro do Paço, menos 9,42%, correspondendo a 1 milhão de passageiros.

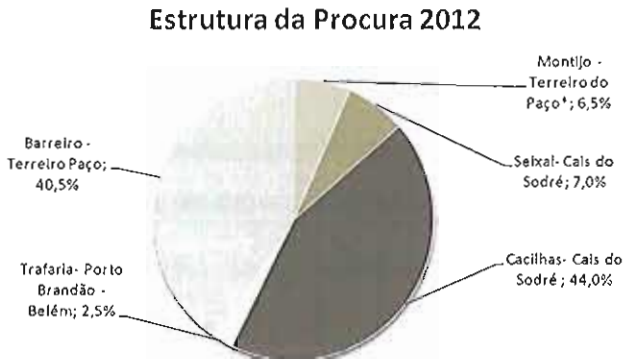
Tal facto afigura-se associado à conjuntura macroeconómica desfavorável, com influência nas viagens ocasionais – predominantemente de lazer – por perda do poder de compra e nas viagens regulares – casa-trabalho-casa – em consequência do aumento do desemprego.

Uma análise mais fina, monitorizada de modo fiável a partir do sistema de bilhética, permite constatar a redução para metade, face a 2011, da diferença na quebra da procura entre as médias das horas de vazio para as horas de ponta, o que comprova o agravamento do impacto da redução da atividade económica.

Para um maior aprofundamento da análise dos dados do sistema de bilhética sem contacto aguardaremos que se proceda à migração simultânea dos restantes operadores e à aprovação da nova metodologia de repartição de receita, baseada nas validações do sistema de bilhética.



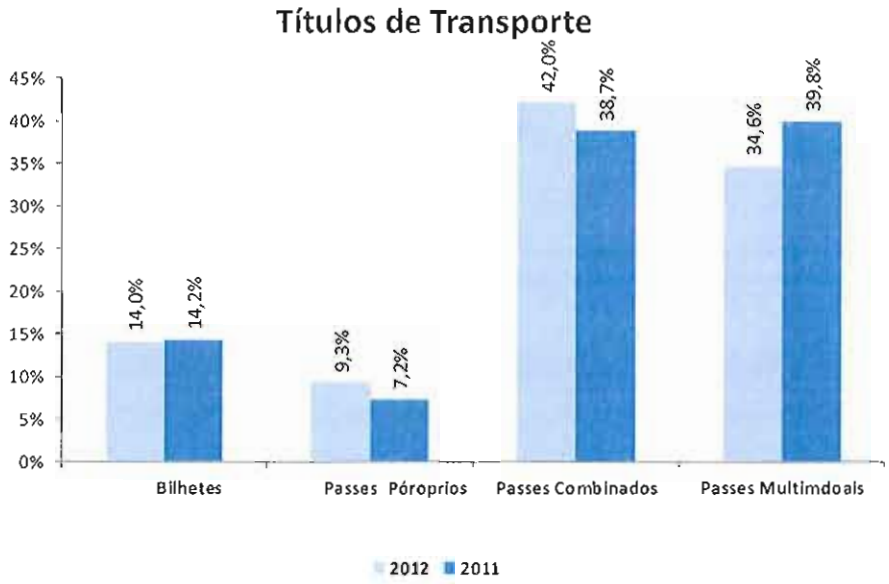
A estrutura da procura, representada no gráfico abaixo, manteve-se praticamente inalterada, registando-se apenas variações pouco significativas de que se destaca o aumento de 1,5% na carreira do Barreiro e a redução por igual percentagem na linha de Cacilhas.





Quanto à estrutura de títulos de transporte, verifica-se, uma vez mais em 2012, a acentuação da preferência pelos passes próprios e, sobretudo, combinados, em detrimento dos passes multimodais.

Esta tendência, que se vem registando desde já há alguns anos, estará naturalmente associada a razões de caracter económico, decorrentes do tarifário mais elevado dos multimodais face aos combinados.



2. Oferta

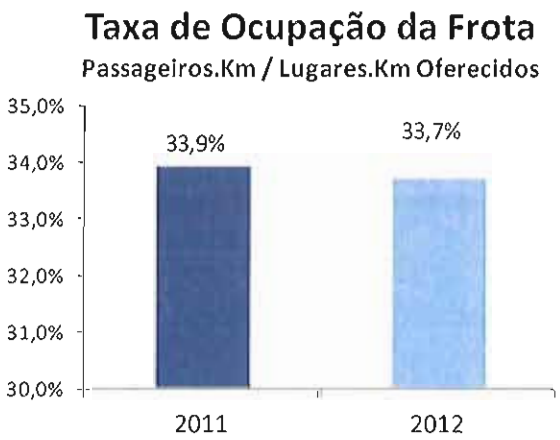
Na sequência do relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho nomeado pelo Despacho n.º 13370/2011-SEOPTC, com o objetivo de apresentar uma proposta de revisão das redes de transportes públicos e de criação de um sistema tarifário intermodal na AML, procedeu-se em 1 fevereiro a uma redução de oferta, fundamentalmente fora das horas de ponta e fins de semana, que teve um impacto de 82% na redução de horários assinalada no quadro abaixo.

As restantes causas da redução de oferta deveram-se a paralisações do Pessoal motivadas por greves, gerais e parciais, plenários e ainda por más condições atmosféricas.

Linhas Fluviais	Var 12/11			2012			2011		
	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO	Viagens	H. Serviço	LKO
Montijo - Terreiro do Paço*	-14,62%	-7,10%	-15,60%	12.945	8.054	85.463.276	15.161	8.669	101.260.301
Seixal- Cais do Sodré	-18,37%	-3,47%	-16,56%	15.975	8.479	53.689.726	19.571	8.784	64.344.182
Cacilhas- Cais do Sodré	-5,98%	-9,71%	-2,91%	53.318	18.069	54.348.117	56.708	20.012	55.979.247
Trafaria- Porto Brandão - Belém	-33,22%	-29,29%	-12,81%	9.979	5.794	19.885.425	14.942	8.193	22.807.315
Barreiro - Terreiro Paço	-7,88%	-7,88%	-7,90%	42.716	14.239	256.222.860	46.369	15.456	278.214.000
Total	-11,66%	-10,60%	-10,14%	134.933	54.633	469.609.403	152.751	61.114	522.605.045

Para além das referidas causas da redução de oferta, outros ajustes foram sendo feitos, ao longo do exercício, com base numa monitorização rigorosa da procura, com vista ao compromisso de garantia de serviço público, em termos qualitativos e quantitativos.

Os ajustamentos introduzidos na oferta de serviço em 2012, particularmente nas carreiras do Montijo, Seixal e Trafaria, não afetaram significativamente a taxa de ocupação, na qual se regista uma redução muito ligeira.



3. Frota

O Grupo dispõe de uma frota operacional composta por 33 navios, com idades compreendidas entre os 2 e os 58 anos. Refira-se que as embarcações mais recentes entradas ao serviço em 2011 (ferries catamarã) se destinaram a substituir as de maior antiguidade, que progressivamente irão sendo retiradas da operação.

CLASSES	Qt.	Lotação a bordo	Média Idade (anos)
Catamarãs	9	600 *passageiros*	8
	7	500 *passageiros*	16
	2	291 *passageiros*	10
	1	146 *passageiros*	13
Cacilheiros	6	480 *passageiros*	31
Alemã	2	280 *passageiros*	56
		297 *passageiros*	52
Ferries	4	380 *passageiros* + 10 *veículos*	55
		351 *passageiros* + 30 *veículos*	58
		360 *passageiros* + 29 *veículos*	2
		360 *passageiros* + 29 *veículos*	2
Navios Convencionais	2	1.000 *passageiros*	20
		1.000 *passageiros*	20
	33		

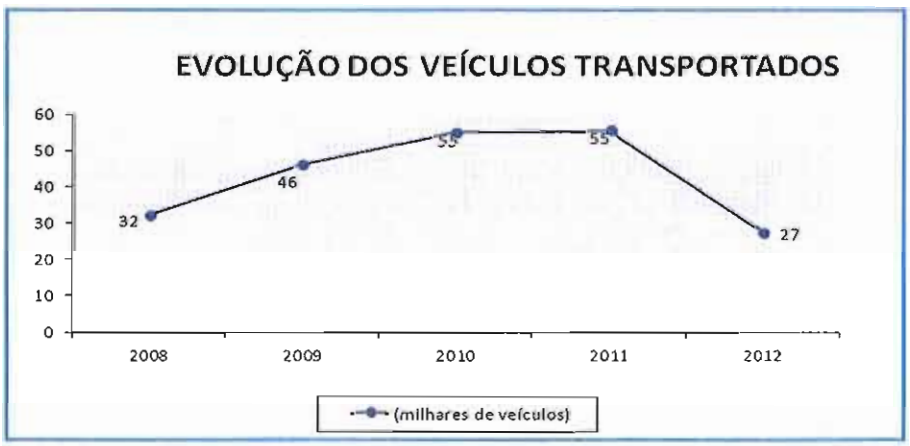
Face ao ano de 2011, registou-se a redução de três embarcações operacionais que aguardam oportunidade de venda para abate definitivo da frota.

4. Transporte de veículos

Como já foi referido, o Grupo Transtejo dispõe desde fevereiro e abril de 2011, de dois novos ferries, 'Almadense' e 'Lisbonense', destinados ao transporte de passageiros e veículos.

A disponibilização deste tipo de frota constitui uma exigência para o transporte de veículos que não podem, por requisitos legais, atravessar as pontes sobre o rio Tejo e também para as situações de emergência em que tal atravessamento fique indisponível para a generalidade dos veículos.

A prestação deste serviço passou, ao longo da última década, por um conjunto de vicissitudes que foram desincentivando a procura. A situação sofreu, uma considerável inversão a partir de 2009, ano em que se começou a registar um progressivo aumento dos veículos transportados, em consequência da melhoria da qualidade do serviço prestado. O ano de 2012 é, porém, caracterizado por uma quebra muito acentuada do número de veículos transportados, como o gráfico abaixo o demonstra.



A este facto não será seguramente alheia a redução do tráfego rodoviário, com o consequente aumento da fluidez de circulação nas pontes sobre o rio Tejo, fator que suscitou o desincentivo ao uso do transporte fluvial e ao qual se podem acrescer as dificuldades de acesso rodoviário ao Terminal de Cacilhas.

5. Atividades Acessórias

Complementando a sua atividade principal o Grupo desenvolve um conjunto de atividades acessórias que consistem na exploração de publicidade, espaços comerciais e de estacionamento nos seus terminais e na prossecução da atividade de fretamento de embarcações e de turismo, atividade de maior notoriedade, através da realização de circuitos turísticos.

Globalmente, este conjunto de atividades geraram uma receita superior a 1 milhão de euros, conforme se detalha no quadro seguinte. Tratando-se de atividades mais sensíveis ao quadro macroeconómico atual, a receita de 2012, situou-se ligeiramente abaixo, menos 9,4% da obtida em 2011.

Rendimentos de *milhares de €*

ATIVIDADES ACESSÓRIAS	12/11	2012	2011	2010
TERMINAIS				
Espaços Comerciais - Bares	-30,5%	58	83	88
Licenças de Ocupação	6,5%	229	215	257
Publicidade	-77,3%	42	184	208
Parques de Estacionamento	-5,7%	129	137	137
Outros	442,8%	65	12	351
TRÁFEGO				
Fretamento de Navios	-28,5%	102	143	191
Turismo	13,3%	383	338	344
TOTAL	**-9,4%**	**1.007**	**1.112**	**1.576**

Uma referência particular para a atividade de turismo, a única do conjunto onde se verificou um crescimento, mercê do aumento do número de turistas e da adoção de uma política de preços mais competitiva.

2012			2011			2010		
Clientes	Receita	Circuitos	Clientes	Receita	Circuitos	Clientes	Receita	Circuitos
27.806	382.843 €	211	25.084	337.891 €	214	24.161	344.345 €	214

V – SEGURANÇA E AMBIENTE

1. Segurança e Ambiente

As atividades de maior relevância desenvolvidas em 2012 na área de Higiene, Segurança e Ambiente foram:

- Atualização dos Planos de Segurança dos edifícios;
- Processo de consulta para assessoria na resposta à emergência;
- Análise das causas e circunstâncias de todas as ocorrências registadas, nomeadamente, dos acidentes de trabalho e com passageiros e estudo de implementação de medidas para a sua eliminação;
- Controlo de alcoolémia em situações de incidentes nas embarcações e controlo sistemático de alcoolémia;
- Controlo e manutenção do material dos equipamentos de segurança, gestão do sistema de segurança ativa e manutenção do sistema de vídeo vigilância;
- Atualização do Plano de Emergência Interno para navios e terminais;
- Realização de exercícios treinos dos grupos de ações especiais da Policia Marítima, na abordagem das embarcações e simulacro de libertação de reféns;
- Testes à qualidade da água para consumo humano e análises à qualidade do ar nos locais de trabalho;
- Formação dos colaboradores nas áreas de ambiente, primeiros socorros, evacuação de emergência movimentação manual de cargas;
- Consolidação do sistema de Gestão Ambiental.

2. Sinistralidade

O registo de ocorrências encontra-se resumido no seguinte quadro:

OCORRÊNCIAS TT/SL	12/11	2012	2011	2010	2009	2008
Emergências	0,0%	2	2	2	2	5
Acidentes de Trabalho	-19,0%	47	58	44	28	36
Acidentes com Passageiros	-52,6%	27	57	38	53	52
Acidentes Criminais	-14,3%	42	49	70	58	30
Outros	-5,4%	106	112	98	73	79

Os aspetos mais relevantes a assinalar por tipo de ocorrência, são:

- Emergências: redução gradual do número de ocorrências e a sua permanência em valores baixos;
- Acidentes de trabalho: redução de 19% face a 2011 que estará relacionada com algumas medidas implementadas, nomeadamente, a formação na área da prevenção de lesões musco esqueléticas;
- Acidentes com passageiros: redução de 52,6% que estará relacionada com a implementação de medidas mitigadoras identificadas após a análise dos acidentes. A redução da procura também não será alheia;
- Acidentes criminais: redução 14,3% que pode ser atribuída ao pleno funcionamento do sistema de CCTV e à pronta atuação das Autoridades Policiais.
- Outras: decréscimo de 5,4% que poderá ter resultado da redução da procura.

VI – RECURSOS HUMANOS

Em 2012 o efetivo médio situou-se nos 515 colaboradores, o que traduz uma redução na ordem dos 0,8% face aos 519 verificados em 2011.

Num cenário de constrangimentos orçamentais, o Grupo Transtejo continuou a investir no desenvolvimento dos seus Colaboradores e a apostar numa gestão de recursos humanos de proximidade para atingir uma melhoria constante e consolidada ao nível do alinhamento dos objetivos organizacionais com os objetivos das equipas e dos colaboradores.

O Plano de Formação teve em conta esse alinhamento, valorizando sempre a melhoria do serviço prestado ao Cliente, sendo que em 2012 houve uma forte aposta na formação dos profissionais da área marítima ao nível da segurança da navegação.

Com vista a reforçar os níveis de segurança no trabalho foi desenvolvido um plano destinado à prevenção dos riscos associados aos acidentes de trabalho.

No que se refere ao total das ações de formação, comparativamente com o ano anterior, verificou-se um acréscimo no número de ações ministradas de 64 para 137, que se traduziu num aumento no volume de horas ministradas (64,4%), de 3.465 em 2011 passou-se para 5.697 em 2012, gerando igualmente um acréscimo do número de participações de 312 para 526 (68,5 %).

GRUPO

Indicadores de RH	12/11	2012	2011	2010
Efetivo Médio	-0,77%	515	519	531
Horas de Formação	64,42%	5.697	3.465	6.405

Essa tendência verifica-se igualmente ao nível da Transtejo, conforme se demonstra na tabela seguinte:

TRANSTEJO

Indicadores de RH	12/11	2012	2011	2010
Efetivo Médio	-0,57%	351	353	364
Horas de Formação	17,20%	3.114	2.657	5.539

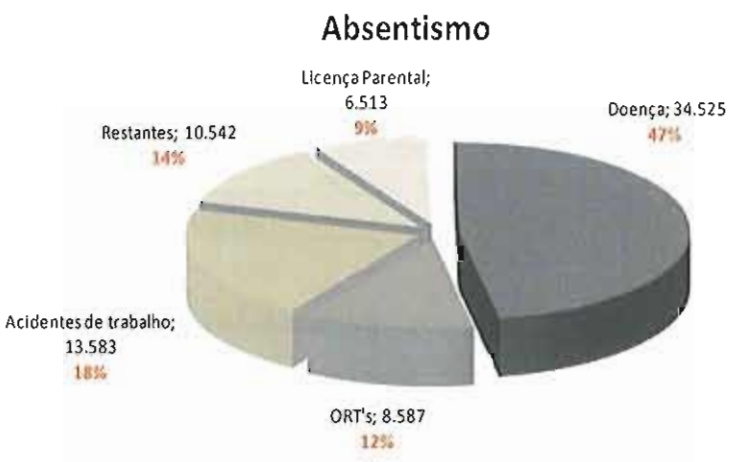
Em 2012 o Sistema de Avaliação de Desempenho (SAD) continuou a crescer e a enraizar-se no seio do Grupo. São de salientar, entre outros, os seguintes aspetos:

- Alargamento do número de avaliadores que intervêm no processo, através da preparação específica que foi dada a alguns Mestres para poderem avaliar de maneira consistente a sua tripulação;
- Crescente confiança por parte dos avaliadores na utilização deste sistema;

- Maior envolvimento dos trabalhadores no processo avaliativo e reforço ao nível da comunicação entre avaliador e avaliado.

Quanto ao absentismo registou-se um ligeiro decréscimo na ordem dos 0,5% face a 2011.

Indicadores de RH	2012/2011	2012	2011	2010
Taxa de Absentismo	-0,54%	7,20%	7,74%	8,01%



Resultante, em grande parte, de uma cada vez melhor afetação dos Colaboradores à atividade, verificou-se uma redução do trabalho extraordinário na ordem dos 34% (de 19.877 horas em 2011 passou-se para 13.174, no ano em apreço).

Dando cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2012, não se verificou atualização na tabela salarial, nem houve lugar a qualquer valorização remuneratória. Com base no mesmo diploma, continuou a proceder-se à redução das remunerações superiores a € 1.500,00. Foram ainda reduzidos os acréscimos remuneratórios devidos pela prestação de trabalho suplementar. A par destas medidas, verificou-se a redução dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores com remuneração igual ou superior a € 600,00, bem como a suspensão do pagamento dos mesmos subsídios aos trabalhadores com remuneração superior a € 1.100,00.

GRUPO

Indicadores de RH	12/11	2012	2011	2010
Gastos com o Pessoal (milhares €)	-3,1%	12.327	12.718	14.091
Massa Salarial (milhares €)	-4,8%	9.382	9.851	10.931
Horas Trabalhadas	-2,23%	866.502	886.240	918.227

TRANSTEJO

Indicadores de RH	12/11	2012	2011	2010
Gastos com o Pessoal (milhares €)	-1,4%	8.377	8.494	9.546
Massa Salarial (milhares €)	-4,0%	6.374	6.637	7.393
Horas Trabalhadas	-3%	583.552	600.694	623.648
Taxa de Absentismo	-0,38%	7,89%	7,92%	7,77%

VII – INVESTIMENTO

O investimento realizado durante o exercício de 2012 ascendeu a 561,4 milhares de euros, com a seguinte afetação:

(milhares de €)

PROJECTOS DE INVESTIMENTO / 2012	DESPESA
Beneficiação de Navios *(Remotorização)*	**447,2**
Jorge de Sena	*111,5*
Antero de Quental	*224,3*
Fernando Pessoa	*111,5*
Investimentos Correntes	**114,2**
Sistema Bilhética / Controlo Acessos	103,7
Outros Investimentos Correntes	10,4
TOTAL	561,4

A fatia mais relevante deste valor (€447.246) está associada à despesa com o recondicionamento das máquinas principais dos catamarãs da Soflusa, as quais constituem elementos individualizados do ativo tangível afetos a essas embarcações ("Jorge de Sena", "Antero de Quental" e "Fernando Pessoa").

Da restante despesa de investimento, apenas merece referência o montante de investimento na bilhética sem contacto decorrente de diversos desenvolvimentos efetuados ao sistema.

A Transtejo recebeu do PIDDAC o montante de € 437.500 (€ 500.000 com cativação de 12,5%), destinada à prestação anual prevista no protocolo Metro/Transtejo referente ao Terminal do Cais do Sodré.

Quanto a desinvestimentos, apenas, há a referir a alienação, no exercício, do navio da classe alemã "Mouraria" devido ao seu estado de inoperacionalidade.

VIII – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. Gestão do Financiamento

A evolução do desempenho económico do Grupo foi uma vez mais afetada por fatores exógenos, com destaque para a subida exponencial do custo do combustível e do serviço da dívida. De facto, a persistência do desequilíbrio estrutural operacional agravado pela forte redução que se tem vindo a verificar no Esforço Financeiro do Estado com o Grupo Transtejo, tem levado ao recurso sistemático e inevitável de recurso ao crédito bancário.

Este contexto levou ao aumento do endividamento de curto prazo, com reflexos inevitáveis nos encargos financeiros associados.

Empréstimos

Curto Prazo:

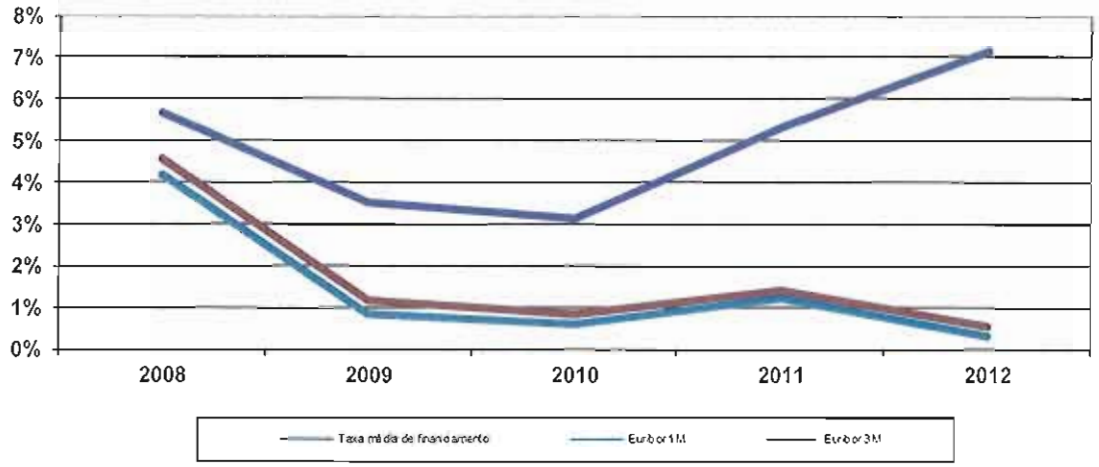
O Grupo Transtejo teve necessidade de fazer face aos fortes constrangimentos de tesouraria através da contratação de linhas de crédito de curto prazo - contas correntes caucionadas e descobertos bancários - as quais têm vindo a ser sucessivamente renovadas por ausência de capacidade financeira para as amortizar. Trata-se de um modelo de financiamento particularmente oneroso e que o Grupo tem recorrido como solução de recurso, tendo em conta a ausência de outras soluções de financiamento disponíveis que envolvam maturidades mais longas e custos mais baixos.

Em cumprimento do disposto no Despacho n.º 101/09 – SETF, a evolução dos gastos de financiamento e da taxa média de juro anual dos últimos 5 anos encontra-se espelhada no quadro e gráfico seguintes:

(milhares de €)

	2012	2011	2010	2009	2008
Juros TT	6.417	3.792	1.389	977	1.011
Juros SL	897	920	535	576	879
Avales	-	-	-	-	-
	7.313	**4.712**	**1.925**	**1.553**	**1.890**
Endividamento	**102.240**	**88.629**	**61.798**	**44.437**	**33.592**
Taxa média de financiamento	**7,15%**	**5,32%**	**3,11%**	**3,49%**	**5,63%**
Taxa média (Fins do mês/12)					
Euribor 1M	*0,30%*	*1,19%*	*0,57%*	*0,82%*	*4,17%*
Euribor 3M	*0,53%*	*1,41%*	*0,82%*	*1,15%*	*4,55%*

De destacar a evolução da taxa média de financiamento, que mais do que duplicou dos níveis de 2009/2010, para níveis históricos de 7,15%. Esta forte tendência negativa tem vindo a refletir a avaliação de risco que as Instituições de Crédito têm vindo a efetuar ao Grupo Transtejo, refletindo-se na subida dos *spreads* contratados bem como outras comissões associadas à gestão e renovação dessas linhas de crédito com maturidades muito curtas.



Médio e Longo Prazo:

A dívida de médio e longo prazo da Transtejo é concentrada num único financiamento, sob a forma de empréstimo obrigacionista, contratado em 2007 junto do Depfa Bank Plc, no montante de 55 milhões de euros. As obrigações ao abrigo desta operação foram emitidas em 1 de fevereiro de 2007, com maturidade de 10 anos e taxa de cupão indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 2 pontos base anuais.

2. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro

No final de 2012 a Transtejo tinha contratado dois *swaps* para cobertura de risco de taxas de juro referentes ao empréstimo de longo prazo referido no ponto anterior:

Instituição Financeira	Tipo de Operação	Data de Contratação	Data de Início	Data de Vencimento	Taxa Fixa	Valor	Valor de Liquidação a 31.12.2012
BPI	(I) Swap de Taxa de Juro	19-07-2007	01-08-2007	01-02-2017	4,768%	27.500.000 €	-5.152.141 €
Barclays	(II) Interest Rate Collar	02-04-2009	06-04-2009	01-02-2013	Transtejo paga E6M com limites (2,75% ; 3,75%)	27.500.000 €	-290.896 €

Destas operações resultou:

- Na primeira semestralidade um impacto negativo nos encargos financeiros de € 543.950;
- Na segunda semestralidade um impacto negativo nos encargos financeiros de € 648.982.

De destacar o vencimento já em 1 de fevereiro de 2013 do *swap* contratado junto do Barclays Bank no valor de 27,5 MEUR.

3. Modelo de Financiamento

À semelhança do exercício de 2011 o Grupo sustentou a sua tesouraria durante os cinco primeiros meses do exercício de 2012, com base nas disponibilidades provenientes do pagamento pelo Estado das indemnizações compensatórias de 2011, recebidas nos últimos do ano.

Para os meses subsequentes e, conforme já foi referido, o recurso ao endividamento foi integralmente satisfeito através de linhas de curto prazo.

Não obstante, a intervenção da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no acompanhamento das operações de concessão de crédito por parte da banca comercial, o *all-in-cost* das operações de financiamento e das sucessivas renovações, sofreu num agravamento relevante.

(milhares de €)

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO	2012	2011	2010
Médio e Longo Prazo	55.000	55.000	55.000
Curto Prazo	102.240	88.629	61.798
TOTAl	*157.240*	*143.629*	*116.798*

Assim, o acréscimo real de endividamento em 2012 foi de 9,48%. Considerando, porém, a existência, em 31/12/2012, de disponibilidades depositadas no IGCP resultantes da atribuição pelo Estado das compensações financeiras relativas ao ano de 2012 (recebidas no dia 29/12/2012), o acréscimo líquido, corrigido desse efeito seria de 8,1%.

(Milhares de €)

ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	2012	2011	2010
Indemnizações Compensatórias(*)	7.741	11.264	11.784
PIDDAC	438	618	1.600

(*) Valores com IVA inc.

O quadro anterior reflete o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio ao Grupo Transtejo durante os exercícios de 2010 a 2012. Como se pode verificar, na sequência da já referida celebração dos Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros entre as duas empresas do Grupo e o Estado, os montantes financeiros atribuídos a título de compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público contratualizados em 2012, sofreram uma redução substancial de cerca de 1/3 face ao ano transato.

4. Demonstrações da Posição Financeira

CONTAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2012	2011	2010
	(milhares de €)		
Ativo	**73.705**	**68.410**	**58.455**
Ativos não Correntes	36.186	39.711	41.366
Ativos Correntes	37.520	28.698	17.090
Capital Próprio e Passivo	**73.705**	**68.410**	**58.455**
Capital Proprio	-153.191	-130.415	-109.074
Passivos não Correntes	119.179	113.723	110.581
Passivos Correntes	107.718	85.102	56.949

Do quadro anterior, destacam-se, pela sua relevância as alterações registadas nas contas individuais da Transtejo:

- Capital Próprio: impacto do resultado negativo do período, já com o efeito da apropriação do prejuízo da participada Soflusa;
- Passivo Corrente: aumento do endividamento bancário, parte do qual destinado ao financiamento da atividade da participada Soflusa, o qual, por contrapartida se encontra refletido no Ativo Corrente.

CONTAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	2012	2011	2010
			(milhares de €)
Ativo	**80.206**	**90.477**	**83.408**
Ativo não Corrente	66.168	72.466	76.466
Ativo Corrente	14.038	18.011	6.942
Capital Próprio e Passivo	**80.206**	**90.477**	**83.408**
Capital Próprio	-153.191	-130.415	-109.074
Passivo não Corrente	109.944	113.325	116.217
Passivo Corrente	123.454	107.567	76.265

Destaque para as variações mais significativas registadas na Demonstração da Posição Financeira Consolidada:

- Capital Próprio: impacto do resultado negativo do período;
- Passivo Corrente: acréscimo do endividamento de curto prazo;
- Ativo não Corrente: impacto das amortizações do exercício;
- Ativo Corrente: redução do valor recebido de indemnizações compensatórias.

5. Demonstrações do Rendimento Integral

CONTAS INDIVIDUAIS

(milhares de €)

EVOLUÇÃO DE RESULTADOS	12/11	2012	2011	2010
Resultado Operacional	-4,4%	-14.166	-14.825	-8.749
Resultado Financeiro	41,7%	-8.437	-5.955	-3.753
Resultado Líquido	8,8%	-22.616	-20.786	-12.509

Não obstante o esforço de contenção de gastos expresso na melhoria do Resultado Operacional, o Resultado Líquido do período regista uma variação negativa de 8,8% face a 2011. Este desempenho é justificado pela redução nas indemnizações compensatórias e pelo agravamento dos encargos financeiros, consequência do aumento do endividamento e da taxa média de financiamento, fruto das condições adversas do mercado.

CONTAS CONSOLIDADAS

(milhares de €)

EVOLUÇÃO DE RESULTADOS	12/11	2012	2011	2010
Resultado Operacional	-9,2%	-11.840	-13.035	-7.890
Resultado Financeiro	39,0%	-10.758	-7.739	-4.609
Resultado Líquido	8,8%	-22.616	-20.786	-12.509

A análise da Demonstração do Rendimento Integral consolidada confirma as considerações do parágrafo anterior, refletindo o agravamento dos resultados operacionais e financeiros, em consequência da integração do défice de exploração da Soflusa.

Gastos

CONTAS INDIVIDUAIS

(milhares de €)

	12/11	2012	2011	2010
GASTOS (Total)	6,3%	41.149	38.708	32.233
Custo das Matérias Consumidas	-17,4%	4.700	5.687	3.533
Fornecimentos e Serviços Externos	0,9%	6.625	6.564	8.078
Gastos com Pessoal	-1,4%	8.377	8.494	9.546
Gastos de Depreciação e Amortização	-15,7%	3.661	4.343	3.545
Imparidades e Provisões	-49,4%	426	843	753
Outros Gastos e Perdas	25,7%	7.442	5.922	2.624
Gastos Financeiros	44,7%	9.917	6.854	4.154

Com exceção das duas últimas rubricas do quadro anterior, particularmente a que se refere aos gastos financeiros – nos quais se regista um agravamento da ordem dos 3 milhões de euros – todos os restantes gastos registam variações negativas ou praticamente nulas, facto que traduz o esforço de contenção de gastos levado a cabo pela Transtejo.

A análise à evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos - que apresentam um ligeiro crescimento de 0,9% - deve ter em conta o montante que esta rúbrica registava em 2010, ano face ao qual o gasto registado em 2012 representa uma redução de 18%. Os gastos nas contas individuais da Transtejo encontram-se influenciados pelo afretamento de embarcações à Soflusa, operação que é eliminada em sede de consolidação.

(milhares de €)

FSE	2012	2011	2010
Manutenção e Conservação	2.515	2.058	2.487
Afretamentos*	988	1.001	986
Seguros	682	747	704
Vigilância, Segurança e Limpeza	873	899	931

** Frota fretada à participada Soflusa*

CONTAS CONSOLIDADAS

(milhares de €)

	12/11	2012	2011	2010
GASTOS (Total)	-1,8%	50.913	51.833	45.962
Custo das Matérias Consumidas	-10,4%	9.889	11.037	8.338
Fornecimentos e Serviços Externos	0,8%	9.999	9.918	10.758
Gastos com Pessoal	-3,1%	12.327	12.718	14.091
Gastos de Depreciação e Amortização	-11,7%	6.834	7.739	6.957
Imparidades e Provisões	-52,6%	426	900	753
Outros Gastos e Perdas	-64,8%	610	1.732	365
Gastos Financeiros	39,0%	10.829	7.789	4.700

Em termos consolidados, os gastos totais sofreram uma redução de 1,8%. Esta redução encontra-se, como se referiu no ponto anterior, influenciada pelo acréscimo dos gastos financeiros, que sofreram um aumento de 39% (3,0 milhões de euros), relativamente a 2011. Sem este impacto, a percentagem de redução dos gastos teria sido de 10,8%.

Também aqui se verifica uma redução generalizada em quase todas as naturezas de gastos, valendo para o comportamento dos Fornecimentos e Serviços Externos as considerações feitas no ponto anterior.

O detalhe das variações ocorridas nas principais naturezas de gastos é o seguinte:

- Custo das Matérias Consumidas:

A redução mais significativa registou-se nesta rubrica e refere-se a gastos com combustível da frota do Grupo Transtejo.

	2012	2011	2010
	8.783.317,16 €	9.515.715,00 €	7.482.819,00 €
	11.354.229 L	13.398.019 L	13.718.354 L
(média)	0,77 €\L	0,71 €\L	0,55 €\L

Conforme o quadro anterior revela, o preço médio do litro do gasóleo sofreu um considerável agravamento tendo-se situado em termos médios em 0,77€/litro (em 2011: 0,71€/litro). Não obstante, foi possível diminuir o gasto global com combustível, situação que ficou a dever-se ao esforço bem-sucedido no sentido de redução dos consumos.

Com efeito, sem alterações significativas ao nível da oferta, foi possível - graças a ações corretivas de manutenção (pintura de cascos) e de redução de velocidade nas carreiras fora das horas de ponta e aos fins de semana – obter uma considerável redução, que em termos de consumos foi superior a 15% face a 2011.

Os valores de consumo da frota da Transtejo e os respetivos gastos com combustível apresentam a mesma tendência, conforme se pode demonstrar:

	2012	2011	2010*
	4.990.160L	6.278.001L	6.431.175L
	3.868.970 €	4.431.078 €	3.510.118 €
(média)	0,78 €\L	0,71 €\L	0,55 €\L

** Os valores apresentados incluem 737 mil€, contabilizados na conta 62, respeitantes a abastecimentos de navios alugados à Soflusa em 2010.*

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE):

Continua a registar-se um elevado peso das três rubricas de gastos abaixo assinaladas, que representam cerca de 72% na estrutura dos FSE's em termos consolidados.

(milhares de €)

FSE	2012	2011	2010
Conservação e Reparação *(Frota)*	5.006	4.456	4.095
Seguros	1.380	1.477	1.500
Limpeza, Vigilância e Segurança	1.417	1.401	1.442

Nesta circunstância, a adoção de medidas que permitam baixar esta natureza de gastos, só será viável num contexto de redução de oferta.

Uma referência aos gastos com Pessoal que registam uma redução de 3,1%, decorrente não só da aplicação das normas de redução remuneratória, mas também pela diminuição do trabalho extraordinário, em consequência da reestruturação de escalas, tal como já foi referido em capítulo próprio deste Relatório.

Indicadores económico-financeiros

(milhares de €)

GRAU DE COBERTURA	12/11	2012	2011
	-2 p.p.	35,9%	33,8%
(Rendimentos Operacionais sem IC's / Gastos Operacionais)			
	-1 p.p.	30,8%	30,1%
(Rendimentos Totais sem IC's / Gastos Totais)			

O facto da Transtejo se encontrar a suportar uma fatia considerável de gastos diretos e indiretos, associados à atividade da Soflusa, sem os repercutir integralmente, explica o baixo grau de cobertura individual face ao consolidado:

(milhares de €)

GRAU DE COBERTURA	12/11	2012	2011
	-5 p.p.	51,6%	46,3%
(Rendimentos Operacionais sem IC's / Gastos Operacionais)			
	-1 p.p.	40,8%	39,4%
(Rendimentos Totais sem IC's / Gastos Totais)			

Do ponto de vista operacional, o grau de cobertura do Grupo Transtejo ultrapassa os 51%, sendo este indicador manifestamente penalizado quando analisado com base na totalidade dos rendimentos e gastos (40,8%) por efeito da inclusão dos gastos financeiros.

Do conjunto de outros indicadores, destaque para a melhoria do EBITDA da Transtejo, refletindo a melhoria do desempenho operacional atrás referido, não obstante o agravamento do *cash flow* em 2012 (10,2 MEUR face ao ano de 2010).

INDICADORES FINANCEIROS	2012	2011	2010
Liquidez Geral *(Activo Corrente / Passivo Corrente)*	0,35	0,34	0,30
Cash-Flow *(milhares de €)*	-26.277	-25.130	-16.054
EBITDA *(milhares de €)*	-12.032	-12.325	-6.472

Em termos consolidados, as tendências verificadas para a Transtejo sofrem um agravamento, conforme se demonstra pela tabela seguinte.

INDICADORES FINANCEIROS	2012	2011	2010
Liquidez Geral *(Activo Corrente / Passivo Corrente)*	0,11	0,17	0,09
Cash-Flow *(milhares de €)*	-19.069	-16.823	-8.966
EBITDA *(milhares de €)*	-8.293	-9.072	-4.347

IX – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DO GRUPO TRANSTEJO

O atual Conselho de Administração do Grupo Transtejo procurará em 2013:

- Continuar o reforço das medidas de consolidação da gestão de atividade das duas empresas do Grupo - Transtejo e Soflusa – em conformidade com a política setorial e no sentido de preparar a operação de fusão prevista no Plano Estratégico de Transportes;
- Manter o esforço de otimização da atividade de manutenção com vista ao processo de reestruturação do setor dos transportes;
- Manter atualizado o procedimento concursal com vista ao necessário processo de renovação da frota, junto do Acionista;
- Dar cumprimento às medidas de contenção previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013;
- Manter a monitorização do nível de procura, de forma a acautelar eventuais riscos de rutura no contexto das obrigações do Contrato de Prestação de Serviços Público visado pelo Tribunal de Contas em 26 de dezembro e sem prejudicar objetivo de equilíbrio operacional;
- Manter o acompanhamento da qualidade dos rebatimentos, como contributo na melhoria do transporte público, nomeadamente através de medidas que reforcem a articulação intermodal com outros operadores;
- Reforçar as medidas de articulação corrente com a AMTL;
- Manter padrões de Segurança e Qualidade, incentivando as boas práticas de navegação e as melhorias do atendimento ao cliente;
- Apostar na formação interna e na avaliação do desempenho, como forma de aumentar a produtividade;
- Aprofundar o Plano de Comunicação Interna, nomeadamente no aprofundamento da Política de Sustentabilidade do Grupo e do presente contexto de crise económica;
- Consolidar a implementação do Sistema de Gestão Ambiental e efetuar a sua revisão.

X – NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração considera seu dever referir que os Relatórios de Gestão e as Contas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 ainda não se encontram aprovadas pelo Acionista.

Tal facto deve-se à existência de reservas por parte do Acionista quanto aos termos do protocolo celebrado em 2009, entre a Transtejo e o Metropolitano de Lisboa, referente à transferência de responsabilidades do terminal do Cais do Sodré. Ao longo dos anos de 2011 e 2012, foram desenvolvidas diversas diligências no sentido de eliminar tais reservas, não tendo ainda sido possível à data obter um texto consensual.

Tendo em conta o facto de se encontrar perdido mais de metade do capital social e considerando o que dispõe o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração proporá a inclusão na Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de aprovação de contas, um ponto relativo a esta matéria.

Factos relevantes após o termo do Exercício

Na sequência da sessão plenária de 5 de abril de 2013, o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, da norma do artigo 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, relativa à suspensão do pagamento do subsídio de férias de quem aufere remunerações pagas por verbas públicas.

O Grupo Transtejo reconheceu nas contas do exercício de 2012 o impacto económico decorrente desta decisão.

Na sequência da notificação do Procedimento dos Défices Excessivos de Março de 2013, as duas sociedades que compõem o Grupo Transtejo foram reclassificadas no perímetro do setor institucional das Administrações Públicas, não se antevendo à data qualquer impacto económico-financeiro a reconhecer no exercício de 2012.

Agradecimentos

O Conselho de Administração é composto por apenas dois membros, após a renúncia em 1 de fevereiro de 2011, da Senhora Dra. Maria Elisa Saloio.

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento às Autoridades Marítimas, designadamente ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa pelo sentido de colaboração sempre revelado bem como à Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa.

Dirige também uma palavra de especial agradecimento aos órgãos de fiscalização, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, bem como a todos os que no interior da organização que com o seu empenho tornaram possível o cumprimento do serviço público prestado pelo Grupo Transtejo.

XI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício, no montante negativo de **€22.616.083,68** (vinte e dois milhões, seiscentos e dezasseis mil e oitenta e três euros e sessenta e oito cêntimos) sejam integralmente transferidos para a conta Resultados Transitados.

Lisboa, 30 de maio de 2013,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, Presidente

ISIDRO DURÃO HEITOR, Vogal

XII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração Transtejo - Transportes Tejo, SA, abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração do seguinte teor:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c), do nº. 1, do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2012 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte"

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÓNIO DA SILVA PINTASSILGO, Presidente

ISIDRO DURÃO HEITOR, Vogal